

Rau Ferreira

Relatos de Campina



LOJA
da
ESTRELLA
de
JOÃO DA SILVA PIMENTA.

N.º 38

PRAÇA DA INDEPENDENCIA

Neste bem conhecido e acreditado estabelecimento encontra-se um grande sortimento de presentes de festas as proceções, que se vendem a preços multi-plex e a propósito gasta dos freguezos.

EM CAMPINA GRANDE
A festa do milho no
Grupo Escolar "Sto. Antonio"

No dia 11, teve lugar no Grupo Escolar "Santo Antonio", mantido pela paróquia de Campina Grande e subvencionado pelo Estado, uma interessante e instructiva festa do milho, idealizada pelo padre Severino Mariano, vigário local.

Aquella estabelecimento de ensino compareceram além dos seus quatrocentos alunos, numerosas pessoas de todas as classes campinenses que admiraram os gráficos illustrativos e as demonstrações de arte culinária em exposição, tudo de preparo das professoras e alunos do Grupo "Santo Antonio".

A's 16 horas, especialmente convidadas, estiveram em visita áquella educandário, o dr. Orris Barbosa, Oficial de Gabinete do Interventor Roy Carneiro, e o prefeito Vergilaud Wanderley, que se fizeram acompanhar de suas senhoras sendo all recebido pelo padre Severino Mariano e corpo docente.

LABORATORIO PHARMACEUTICO

DE

Hidofonso de Azevedo.

Esta bem conhecida pharmacia avia receitas e pedidos com todo esmero e presteza, tem sempre um completo sortimento de medicamentos novos e puros das principaes fabricas da Europa e America. Tinturas e granulos homeopathicos de Cayllan, materias para fogos de artificio, pinturas, dostramento, venizas, etc, e espede: da chamada Divagaria de Francisco M. da Silva & C., a Emulsão de Scott, Xarope de Ségol, Pytorop de Campará, Cajuruleba, a verdadeira Agua de Santa Luzia e todas as especialidades nacionaes e estrangeiras mais acreditadas, e sendo pouco preços das principaes pharmacias do Recife.

Campina Grande, -Paralylla.



ANNUNCIOS

Padaria Americana

O abaixo assignado, communica ao respeitavel publico, que acaba de montar nesta cidade, na Rua da Boa-Vista, uma **Padaria**, casa vasta e com boas accommodações para as pessoas que vierem do sertão fazerem suas compras: — o annunciante promette mandar fazer todos os preparados de massa com a maior perfeição e asseio, e acredita que poderá satisfazer bem a seus freguezos, não só porque manda trabalhar em farinha da melhor qualidade e mais ainda porque tem boa agua de **cisterna** para o trabalho. Na mesma casa se encontra avenda feno da melhor qualidade, milho, farinha, feijão, etc, etc.

Campina, 25 de Novembro de 1890.

Belmira Barbosa Ribeiro

Rau Ferreira

RELATOS DE CAMPINA

Edições Banabuyé
Esperança – Paraíba – Brasil
Edição de 2012

© Copyright Rau Ferreira

Direitos de edição e publicação reservados ao autor. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou gravada em banco de dados digital por qualquer processo eletrônico ou similar, nem armazenada sob qualquer formato sem expressa autorização do seu autor.

Os infratores estarão sujeitos às sanções cíveis e criminais.

FERREIRA, Rau.

Relatos de Campina/ Rau Ferreira –

Esperança/PB, 2012

ISBN

1. História. Cidades. Paraíba. Campina Grande.

Edições
Banabuyê

Notas sobre o autor

Rau Ferreira é cidadão esperancense, bacharel em direito pela UEPB e funcionário público estadual concursado. Casado com a professora Carmem Lúcia e pai de duas filhas, Hauane e Heloíse.

Colabora com diversos portais de notícias e boletins informativos. É editor do blog “História Esperancense” e publicou uma coluna no Jornal “A Folha de Esperança”.

Prefaciou o livro do Coronel Elísio Sobreira escrito por Inácio Gonçalves de Souza (Idealgraf: 2010) e fez o encerramento desta obra com o artigo “O Funeral de um Comandante”. Além de ser autor da biografia de Silvino Olavo (Epgraf: 2010 e João Benedito (Copiadora União: 2011).

Como poeta participou do recital de poesia promovido pelo Departamento de Cultura no I EMPARPE - Encontro de Arte Popular de Esperança (2010) e integra o grupo denominado “Memorialistas” juntamente com Evaldo Brasil, Calos Almeida e Karl Marx Valentim, que realiza telúricas literárias na cidade.

E como pesquisador tem descoberto papéis e documentos que remontam à formação do município de Esperança, desde a concessão das Sesmarias até a fundação da Fazenda Banabuyê Cariá, que foi a sua origem.

O Editor

À Guisa de prefácio

Trata esta pequena obra do nosso querido município de Campina Grande, onde fizemos uma coletânea das nossas participações no site RHCG (<http://cgretalhos.blogspot.com/>) dos amigos Adriano e Emmanuel, declarado Serviço de Utilidade Pública através da Lei Municipal nº 5096/2011 de 24 de Novembro de 2011.

São textos que remontam aos Séculos XVIII e XIX, fruto de nossas pesquisas em livros e jornais da época, e que trazem assuntos pertinentes à formação do Município de Campina Grande.

Com muito orgulho dedicamos ao nascimento do *Instituto Histórico e Geográfico de Campina Grande*, instituição que promoverá o resgate e recolhimento do acervo historiográfico para as futuras gerações.

O autor

Temas abordados neste trabalho:

TRANSCRIÇÃO DE UMA CARTA PATENTE DE 1817
IRINEU JOFFILY E SUAS RAÍZES
CAMPINA GRANDE BANDAS DE 1890
BREVE DESCRIÇÃO DOS ÍNDIOS CARYRIS E SEUS COSTUMES
O QUEBRA-QUILOS: MOVIMENTO LIBERTÁRIO
ESTRADA DE FERRO DE CAMPINA GRANDE
O QUEBRA-QUILOS: UM REVÉS HISTÓRICO
A SESMARIA DE BODOCONGÓ
O PELOURINHO DE CAMPINA GRANDE
A IMPRENSA DE CAMPINA GRANDE
REFORMA DA MATRIZ DE CAMPINA PELO VIGÁRIO SALES
CAMPINA SEGUNDO CHRISTIANO LAURITZEN
A FREGUEZIA DE N. S. DA CONCEIÇÃO
CAMPINA GRANDE: DECRETO N. 1.192 DE 1853
O TOPÔNIMO DE CAMPINA GRANDE
CAMPINA GRANDE: DECRETO N. 2.740 DE 1861
REGISTRO DE ESCRAVOS EM CAMPINA GRANDE
O FÓSSIL DE CAMPINA GRANDE
CHRISTIANO LAURITZEN
O AÇUDE VELHO DE CAMPINA
GRUPO ESCOLAR SOLON DE LUCENA
OS ARIÚS DE CAMPINA GRANDE
LOJA DA ESTRELA: CAMPINA GRANDE
1866: COMARCA DE CAMPINA GRANDE
NECROLOGIA DE MACIEL PINHEIRO
CAMPINA NA GAZETA DO SERTÃO
ANÚNCIOS NA GAZETA DO SERTÃO
CAMPINA EM 1899
CRONOLOGIA DE CAMPINA GRANDE SEGUNDO IRINEU JOFFILY
A VILA NOVA DA RAINHA EM 1817
CARDOSO VIEIRA
INAUGURAÇÃO DO BB EM CAMPINA
CAMPINA GRANDE EM 1774
FESTA DO MILHO EM CAMPINA
A PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO

TRANSCRIÇÃO DE UMA CARTA PATENTE DE 1817

Durante a chamada “Revolução Pernambucana”, ocorrida em 1817, instalou-se na Paraíba um governo provisório que tomou várias deliberações, dentre elas, destacamos a expedição de algumas cartas patentes para cidadãos da então Vila de Campina Grande. Transcrevemos a seguir um desses documentos:

“Nós os do Governo Provisório da Província da Parahyba do Norte etc.

Fazemos saber aos que esta Carta Patente virem que havendo respeito ao Patriota João Ferreira Guimarães acha-se servindo o posto de Ajudante das Ordenanças da Vila de Campina Grande, de que é Capitão-mór o Patriota Inácio de Barros Leira e atendendo às suas boas qualidades, o patriotismo o nomeamos e confirmamos no mesmo posto de Ajudante de Ordenanças da Villa de Campina Grande, com o qual não haverá soldo algum, mas gozará de todos os privilégios e honras militares que lhe competem. Pelo que ordenamos ao sobredito Capitão-mór, que o tenha, honre e estime, fazendo-o prestar o juramento de fidelidade à nossa Pátria, e aos oficiais e soldados, seus subordinados cumpram e guardem suas ordens relativas ao serviço da mesma. Em firtesa do que lhe mandamos passar a presente, por nós assinada e selada com o selo deste Governo. Dada na Casa do Governo Provisório da Parahyba, aos vinte e dois dias do mês de abril ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1817. O 1º da Independência. – Antonio Manoel da Silva Coêho, Secretário do Governo, a fez escrever. (a.) Francisco José da Silveira, Estevão Carneiro da Cunha, José Carneiro da Cunha, Francisco Xavier Monteiro da França, Inácio Leopoldo de Albuquerque Maranhão”.

Quatro meses depois o Governo Geral continha a revolução e ordenava a morte de alguns seus líderes e impunha penas de degredo a outros, a exemplo do Padre Virgínio Rodrigues Campelo – Vigário da Freguezia de Campina Grande – pronunciado em 06 de março de 1818, cuja sentença final se inscreve: “*não se prova ser cabeça; e pelos factos arguidos. – Dez annos para Angola*” (R.IHGB: 1866).

IRINEU JÓFFILY E SUAS RAÍZES

Irinêo Ceciliano Pereira da Costa – Irineu Jóffily (15/12/1843 – 08/02/1902) foi jornalista, redator, advogado, político, geógrafo, juiz e promotor de justiça. Fundou os jornais “Acadêmico Paraibano” (Recife/PE) e “Gazeta do Sertão” (Campina Grande/PB). Publicou as seguintes obras: “Notas sobre a Parahyba” (1892) e “Sinopses das Sesmarias da Capitania da Parahyba” (1893). O nosso Estado deve o seu contorno geográfico atual graças aos trabalhos deste incansável pesquisador.

Não se sabe ao certo o seu local de nascimento. Há quem lhe atribua à naturalidade esperancense, o que para nós seria uma grata satisfação.

Observe o leitor que alguns autores chegam a afirmar que Irineu Jóffily teria nascido “*no antigo caminho de Pocinhos (hoje município de Esperança)*” (RODRIGUES: 1985 e Almanaque da Paraíba: 1973) – e por vezes em Pocinhos (R.IHGB: 1964, Vols. 261/262), ou até mesmo em Campina Grande (CASTRO: 1955).

A nós parece que estas referências se devem ao fato destas terras se situarem “*em território da antiga freguezia*” (ABREU: 1931 e RODRIGUES: 1962), cujos limites municipais foram alterados ao longo do século passado. Contudo, esclarecendo este fato escreve o seu neto Geraldo:

“Tenha-se como certo que o próprio JOFFILY deveria ter fornecido tais dados ao prefaciador de sua obra, deixando de lado o exato ponto de seu nascimento para se referir apenas ao local onde fato passou toda a sua infância; onde consta o registro do seu nascimento e óbitos dos seus pais” (JOFFILY: 1965).

Porém, é inegável que este paraibano mantinha profundas relações com o município de Esperança. A sua família costumava passar “*os invernos em um pequeno sítio à sombra de imensa rocha, que guarda um pouco de umidade para os terrenos do nascente. O local era conhecido por Banabuié*” (JÓFFILY: 1977). Com efeito, dizem ter “*Nascido na casa das lascas, Banabuyê, fazenda Lajedo, lugarejo de Pocinhos, hoje município de Esperança*” (PBLetras: 2002).

Na sua linha ascendente paterna, havia Barbara Maria da Pobreza - proprietária de terras no Sítio Gravatazinho em Esperança e metade do Sítio Oriá (Areal), nas testadas do olho d'água do Brabo -, de onde surge Manoel do Brabo - vaqueiro de confiança de Zé Luiz e responsável por levar o pequeno Irineu à escola do Padre Rolim, em Cajazeiras.

Esta viagem fez brotar no garoto o seu amor pela geografia paraibana. A esse respeito, assinalamos a seguinte nota:

“A afirmar essa sua vocação exótica ou inesperada pela geografia está aquela sua primeira viagem, que, por oito dias, fez, a cavalo de Esperança a Cajazeiras, quando, ainda menino de 12 anos, ou seja, em 1885, foi, sob a guarda de Manuel do Brabo, internar-se no colégio do padre Rolim” (PBLetras: 2003, grifei).

Casara-se em Alagoa Nova com Rachel Olegária, filha do Capitão João Martins Torres, criador de gado e proprietário das terras no Sítio Riacho Amarelo, em Esperança. Segundo os mais antigos vinha sempre a Esperança visitar o seu cunhado Bento Olímpio Torres, que residia no casarão construído no final da rua Banabuyé (atual Silvino Olavo).

Em seu jornal GAZETA DO SERTÃO, o escritor muitas vezes mencionara estas paragens. E sempre que podia, referia-se ao topônimo de Banabuyé, que na sua livre opinião deveria ter sido conservado por mais auspicioso que fosse o seu nome atual (JÓFFILY: 1892). O que não seria nada incomum se considerarmos o fato de que este subscrevia sob o pseudônimo de ÍNDIO CARIRY, sendo certo que esta nação indígena foi aldeada em Campina Grande, com ramificações em Esperança. Assim consta do Ciclo de Debates dos 500 anos do Brasil, promovido pelo IHGP em abril de 2000:

“O cacique dos ariús chamava-se Cavalcanti porque já era batizado, e os próprios índios de sua tribo passaram a se denominar de cavalcantis. Os cavalcantis ficaram no centro de Campina Grande, enquanto os cariris ficaram na região de Esperança” (IHGP: 2000).

Em Campina foram denominados de Ariús e em Esperança, receberam o nome de Banabuyés em razão da data de sesmarias destas terras, fixando-se nas proximidades do Tanque do Araçá.

Na Gazeta de Jóffily encontramos ainda inúmeras referências locais, por exemplo: os logogrifos do professor da povoação esperancense Juviniiano Sobreira (1888/89); a notícia de três assassinatos no Sítio Carrasco, motivada por uma questão de terras (1891) e o anúncio da Fábrica Progresso (1891), na rua da Gameleira e etc.

Por fim, é interessante observar que por ocasião do centenário de seu nascimento, realizou-se o *“programa geral das comemorações – em Esperança, Pocinhos e Campina Grande”* (A União: 1943).

CAMPINA GRANDE BANDAS DE 1890

As primeiras bandas de músicas de Campina Grande que se tem notícia surgiram por volta de 1890. Ambas representavam os dois partidos políticos locais.

A banda XV DE NOVEMBRO* pertencia ao Partido Conservador – que era liderado por Alexandrino Cavalcanti, sogro de Christiano Lauritzen – e tinha por regente João Borges da Rocha.

A EUTERPE CAMPINENSE ** – do Partido Liberal – estava a cargo do maestro Balbino Benjamim de Andrade. Os liberais tinham em suas fileiras nomes de peso como Irineu Jóffily e o Padre Francisco Alves Pequeno.

A Euterpe Campinense era formada pelos seguintes músicos: Antonio Joaquim Candéas (contra-mestre), Estanislau Tavares Candéas, Raymundo Nonato Tavares Candéas, Apollonio Alves Correia, Honório Alves Correia, José Smithson Diniz, João Batista dos Santos Filho, João Felix de Maria Sobrinho, Anacleto Eloy de Almeida, José Benjamim de Andrade, Mariano Plácito Correia, Tertuliano de Albuquerque.

Na Gazeta do Sertão, encontramos a seguinte nota dando conta de tais bandas:

“Obras da Matriz – No domingo e na quarta-feira de cinzas, 8 e 11 do corrente, grande número de pessoas, homens e mulheres, carregaram tijolos para as obras da matriz.

A música *Euterpe Campinense* deu um tom festivo ao trabalho do povo, prestando-se a tocar lindas peças desde a matriz até a olaria e na volta.

É digno de louvor o ato da música *Euterpe Campinense*; sendo esperar que continue.

Vem a propósito perguntar por que não procedeu do mesmo modo a outra música a 15 de Novembro? (...)” (Gazeta do Sertão: 13/02/1890).

Outro fato de que se tem notícia é que, no dia 03 de agosto de 1890, por volta das 16 horas, os músicos da *Euterpe* teriam se dirigido à casa onde os engenheiros da estrada de ferro estariam hospedados para prestar-lhes homenagem, mas não foram recebidos. Indignados, publicaram uma nota de repúdio:

"Entendíamos cumprir um dever sagrado oferecendo uma visita a esses engenheiros; mas desde que fomos desta forma desconsiderados, deixamos ao público o direito de julgar-nos" (Gazeta do Sertão: 08/08/1890).

Não encontramos maiores informações acerca da XV de Novembro, a não ser o fato de que era ligado à Intendência Municipal de Campina Grande.

[*] Data alusiva à Proclamação da República

[**] Euterpe: org. grego, tradução com júbilo, alegria.

BREVE DESCRIÇÃO DOS ÍNDIOS CARIRYS E SEUS COSTUMES

Em artigo de colaborador escrevemos para o RHCG acerca dos Índios Carirys que foram aldeados durante a colonização de Campina Grande.

Hoje, nossas pesquisas se voltam para a descrição desta nação indígena que muito progresso trouxe para a Parahyba. Neste sentido, nos valem dos trabalhos produzidos por Herckman (1886), Joffily (1892) e dos acervos do IHGP e IHGB disponíveis na internet.

Começamos anotando que este era um povo nômade e viviam da caça e pesca, não praticavam a agricultura e diziam ter vindo de um grande lago. Segundo Herckman: “*vagueiam, ora demorando-se em um sítio, ora em outro. Na estação do caju, que é em Novembro, Dezembro e Janeiro, descem às praias, porquanto pouco ou nenhum caju se encontra muito para o interior. Assim regulam-se pelas estações do ano para procurarem o seu alimento*” (Descrição Geral da Capitania da Parahyba: 1886).

Costumavam ocupar os lugares mais afastados da Capitania e visitar as regiões inferiores do Brasil. E como podemos observar, recebiam várias denominações: Carirys, Ariús, Tapuyas, Banabuyés, Tarairyou, Caracara etc.

Os etnógrafos, no entanto classificavam-no como pertencentes “*a um ramo diferente da família dos Tabajaras e Potiguaras*” (CLEROT: 1969). Denominados pelos desbravadores pelo epíteto de “*Gentios Bravos*”, seriam os originários habitantes do brejo paraibano que, segundo Reinaldo de Oliveira Sobrinho, seria bem provável que fizessem parte de uma única comuna que povoou toda a Paraíba.

Primatas ferozes usavam armas e costumavam guerrear, sendo por isso chamados de “*tapuias*” pelas outras tribos, palavra que significa “inimigo” na sua língua-materna. O seu vocábulo tem a seguinte origem:

“TAPOY (f. 131) Indiens – *Tapuya*, que explicam variavelmente. Preferimos a interpretação de Burton, na introdução ao *The Captivity of Hans Stade*, pags. LXX, nota: de *taba* aldeia e *puya* fugir, isto é, os que fogem das aldeias, bárbaros, selvagens, inimigos” (R.IHGB: 1927).

E continua Herckman a sua descrição:

“Este povo de Tapuyas é robusto e de grande estatura, os seus ossos são grandes e fortes, a cabeça grande e espessa; a sua cor

natural é atrigueirada (*bruynachtich*), o cabelo é preto, e de ordinário o trazem pendente sobre o pescoço, mas por diante até em cima das orelhas cortam-no igualmente, o que faz parecer que trazem um *bonnet* sobre a cabeça. Contudo alguns deixam cortar todo o cabelo ao modo dos da nação. Tem cabelo mui grosso e áspero” (Descrição Geral da Capitania da Parahyba: 1886).

Andavam geralmente nus, excetos em algumas ocasiões. Vestiam-se para festa e para a guerra, com penas de arara e outros pássaros. Cobriam as partes íntimas com folhas de figueiras, sendo que os homens prendiam o membro viril com um “atilha”. Eram imberbes e arrancavam os pelos que teimavam em aparecer noutras partes do corpo. Totalmente incultos, possuíam o seu “feiticeiro” a quem consultavam quando iam sair em alguma incursão. Quando queriam passar sinais de alegria ou contentamento o faziam por um berreiro generalizado, cujo coro era seguido pelas mulheres.

O chefe ou rei era conhecido tão somente pelas unhas ou pelos cabeços, em virtude de todos andarem nus. O cabelo do rei forma uma coroa e trás em ambos os polegares as unhas compridas. Os Tapuias que conquistaram o Rio Grande a serviço da Companhia das Índias Ocidentais tinham por rei Janduí. *O Comatim* (filho do rei) sucedia-lhe na direção da tribo.

Ágeis caçadores eram próprios para perseguir o inimigo em fuga, sendo capazes de acompanhar um cavalo na corrida. Usavam armas feitas de pau-brasil: lanças compridas e pontiagudas (da largura de uma mão) em ambos os lados com calibre mais grosso ao centro da madeira, além de arco e flecha e azagaias - que lançavam com precisão – e pequenos machados com cabos compridos. Na sua formação não havia ordem, pondo-se em guerra tomavam o inimigo desprevenido por sua forma desorganizada.

Selvagens, não plantavam nem criavam viveres e comiam tudo sem guardar coisa alguma. Eram capazes de comer em abundância e jejuar se preciso. Não faziam casas para si, salvo o abrigo de alguns ramos para escapar da chuva ou do sol ardente. À noite faziam grandes fogueiras e estendiam suas redes.

As mulheres eram indistintamente mais baixas que os homens, tem cabelos negros e compridos e andam igualmente nuas. São submissas e serviçais aos maridos ao que for razoável, contudo não suportam o adultério. Colocavam pauzinhos na face para indicarem serem casadas.

Antropófagos, comiam os próprios mortos. Diziam que “*o finado não pode ser melhor guardado ou enterrado do que em seus corpos*”(HERCKMAN: 1886).

Com o passar do tempo boa parte dos Cariris haviam sido banidos deixando as férteis terras para os colonizadores, enquanto outros passaram a viver em harmoniosa miscigenação.

Alguns foram catequizados pelos portugueses o que lhes fez alterar muito de seus costumes. Estiveram no Pilar e foram trazidos para Campina Grande. Segundo o ciclo de debates dos 500 anos do Brasil, promovido pelo IHGP em abril de 2000:

“O cacique dos ariús chamava-se Cavalcanti porque já era batizado, e os próprios índios de sua tribo passaram a se denominar de cavalcantis. Os cavalcantis ficaram no centro de Campina Grande, enquanto os cariris ficaram na região de Esperança” (IHGP: 2000).

Em Campina foram denominados de Ariús e em Esperança, receberam o nome de Banabuyés em razão da data de sesmarias destas terras, fixando-se nas proximidades do Tanque do Araçá.

O QUEBRA-QUILOS MOVIMENTO LIBERTÁRIO

A sedição outrora denominada de “quebra-quilos” também serviu a outros propósitos. Em Campina Grande o negro Manuel do Carmo transformou o protesto em movimento libertário, levando parte dos escravos às ruas para exigir a sua emancipação. A eles aliou-se o tão conhecido negro Firmino, temido pelas autoridades locais. Pertencera inicialmente ao senhorio de Damião Delgado do Sítio Três Irmãs e depois a Alexandrino Cavalcante d’Albuquerque, proprietário do mercado onde teve início o levante.

O grupo de trinta a quarenta escravos marchou em direção ao Sítio Timbaúba, distante duas léguas desta Cidade, a procura do Presidente do Conselho Municipal que ali se refugiara juntamente com o escrivão da coletoria, o secretário e o procurador da Câmara. Cercaram a casa e exigiram a entrega do Livro de Fundo, onde estavam pintados os escravos novos. Havia uma insurgente tensão no local.

Após algumas ameaças eis que aparece Bento Gomes Pereira visivelmente nervoso, para entregar-lhes um livro qualquer. Os sediciosos retiraram-se, levando consigo àquele que pensavam ser o livro escravagista e fazendo reféns algumas pessoas que se encontravam naquela propriedade. Mas não antes de irem às forras, mesmo que simbolicamente, contra aqueles “senhores”, submetendo-os ao mesmo tratamento de que estavam acostumados a dispensá-los.

De volta à Campina foram procurados pelo Padre Calixto Correia da Nobrega, que tentando dissuadi-los do intento informou-lhes do logro de que haviam sido vítimas. A esta altura Belarmino Ferreira da Silva comandava um forte contingente militar que colocava em desvantagem numérica os revoltosos.

Sem uma orientação clara e antevendo um conflito armado, os escravos liberaram os reféns e “*perambularam desnorteados, terminando por debandar pelos matos vizinhos*” (DONATO: 1996). Com a sua saída o quebra-quilos perde força e logo foi abafado, sendo presos os supostos dirigentes.

ESTRADA DE FERRO DE CAMPINA GRANDE

Em 1890 se discutia o prologamento da ferrovia Conde D'eu, embora desde 88 a Assembléia Provincial registrasse alguns reclamos desta natureza em suas sessões. Christiano Lauritzen – Chefe da Intendência Municipal – muito se empenhou para o surgimento de uma estação em Campina Grande.

Viajou então o dinamarquês em maio daquele ano à Capital Federal - Rio de Janeiro - com este objetivo, intercedendo junto a “*poderosos amigos*”, que na voz da Gazeta do Sertão seriam os paraibanos participantes da Proclamação da República. Antes porém já havia ele conseguido os estudos do ramal de Alagoa Grande até Campina.

Irineu Joffily que ansejava este progresso mas duvidava do seu implemento, publicava uma nota em seu jornal congratulando- o:

“damo-lhes sem reservas sinceras felicitações, como campinense esforçado pela prosperidade desta terra. (...)Não Guardams ressentimento político, quando se trata de reconhecer serviços de tal ordem. Suun cuique tribuere” (Gazeta: 18/07/1890).

Contudo, advertia JOFFILY que o ponto de partida deveria se dar em local amplo, apropriado para uma estação de trem e seus armazéns, concluindo que: *“Esse ponto nos parece ser a planície além do açúde das Piabas, ao nascente, dirigindo-se daí depois de atravessar o riachão Ingá, a encontra meridional da pequena serra Oity, Gravatá, Cachoeira, Chã de Cavana a descer no vale do Jacú, evitando assim ponte sobre o rio Mamanguape”* (Gazeta: 18/07/1890).

Este traçado colocava em igual percurso dois centros importantes da época: Alagoa Nova e Serra Redonda, que ficavam igualmente distantes a duas léguas de seus trilhos.

Retornou em junho acompanhado de dois engenheiros que procederiam aos estudos daquela estação, ficando assim registrado:

“Última hora – Chegou ontem às 6 horas da tarde de volta de sua viagem à capital federal, o cidadão Christiano Lauritzen; acompanhado de dois engenheiros Drs. Crockratt de Sá, chefe da comissão que vai, segundo nos informam, fazer os estudos da estrada de ferro deta cidade à Mulungú, e o Dr. Corte Real.

Os três distintos Cidadãos foram encontrados por mais de cem cavalheiros.

No seguinte número daremos maiores esclarecimentos a respeito do fim principal da vinda dos dignos engenheiros; cumpre-nos agora somente saudá-los e ao cidadão Christiano Lauritzen pela feliz viagem.

A nossa saudação seria ainda mais cordial se o presidente da intendência tivesse alcançado o fim principal de sua viagem, estrada de ferro de Campina, no corrente ano, coisa que muitos ainda não acreditam; e (confessamos a nossa fraqueza) somos do número deles” (Gazeta do Sertão: 11/07/1890).

A comissão de estudos firmou a primeira balisa no final da rua do Oriente, também conhecida como dos Mulungús, aquém do açude das Piabas. Estava esta primeira estaca na direção do Riachão de Ingá, permeando as fraldas do elevado morro do Araçá e Oity, conforme sugestão de JOFFILY que não exitou em declarar:

“A distinta comissão não podia escolher melhor local para ponto terminal da estrada; pois que nenhum outro como ele reúne iguais cômodos não só para a linha férrea, como para a população desta cidade e de fora” (Gazeta do Sertão: 25/07/1890).

Promovidos os estudos necessários, o projeto foi aprovado pelo Ministro da Agricultura, nestes termos:

“Acha-se assentado pelo Ministério da Agricultura estrada de ferro até Campina Grande, melhoramento de tão grande alcance para este Estado.

Tendo-se esforçado desde muito o cidadão Governador para consegui-lo, acaba de ser vitoriado pela notícia recebida da Capital Federal de que foi portador o prestimoso campinense Christiano Lauritzen. Parabéns ao Dr. Venâncio Neiva e ao povo paraibano” (Estado da Parahyba: 09/08/1890).

Após algumas denúncias de irregularidades, o governo federal nomeou Francisco Retumba para fiscalizar as obras da Great Wetern, que ficariam conclusas em 1907.

Assim noticiava O COMMERCIO:

“The Great Western of Brazil Railway Company Limited – AVISO – PROLONGAMENTO A CAMPINA GRANDE. No dia 2 de outubro proximo vindouro será aberto ao tráfego de passageiros, mercadorias, animais e serviço telegráfico, o prolongamento de Itabayana à Campina Grande. De acordo com o horário abaixo publicado, os trens correrão nas Segundas, Quartas-feiras e Sábados, e se corresponderão em Itabayana com os trens para a Parahyba e Recife e vice-versa nos dias indicados” (O COMMÉRCIO: 09/10/1907).

Referido anúncio era assinado por J. A. Lorimer, superintendente da companhia sediada em Recife.

A máquina tombada so nº 32 partia da estação de Campina às 6:40 AM com destino a Itabaiana, passando por Galante, Ingá e Mogeiro. O transporte de *gadum vacuum* se fazia aos sábados, havendo lugar apropriado no vagão. Mas era necessário contratar com antecedência com o agente da estação.

O trem chegou a Campina em 02 de outubro daquele ano. Fora recepcionado pelo então prefeito Christiano Lauritzen. O médico Assis Chateaubriand Bandeira de Melo fez a oratória, inaugurando uma onda de progresso que seguiria anos a fio. A partir daí Campina nunca mais fora a mesma.

O QUEBRA QUILOS

Um revés histórico

Corria o ano de 1874. O sistema métrico francês – adotado pelo Brasil em 1862 – há dois anos entrara em vigor, obrigando por decreto imperial às novas medidas lineares. Mas o povo continuava com o tradicional modelo de pesos e medidas: palmos, braças, polegadas, vara, cuia e arrobas. Some-se a isto o suposto fato de se aumentar o imposto do chão cobrado nas feiras de Campina e Fagundes. Houve uma insatisfação popular generalizada.

No sábado, 21 de novembro daquele ano, instalam-se a “*mazorca*”. Há quem afirme que o movimento teve início na Serra do Bodopitá, povoação de Fagundes que dista quatro léguas de Campina Grande. Mas o certo é que a deflagração espalhou-se por todo o interior da Província, cidades e vilas à exceção do Sertão foi palco destes acontecimentos.

Eram grupos de cem a duzentos homens, cujo “*cabeça*” se desconhecia. Camponeses rústicos, armados de clavinote, foice e facão tomaram de assalto as localidades. A estes se uniram alguns escravos liderados pelo negro Manuel do Carmo, que aproveitaram o levante para exigirem a sua liberdade.

Aconteceram ataques em Campina Grande, Ingá, Cabaceiras, Pilar, Areia, Alagoa Nova, Bananeiras e Guarabira. Os revoltosos soltaram presos, queimaram arquivos municipais, rasgaram processos e destruíram os pesos do comércio.

Os escravos marcharam em direção ao Sítio Timbaúba e pretendiam haver o “*Livro de fundo da emancipação*”, onde eram pintados os escravos novos. Mas foram ludibriados e tiveram que se refugiarem nas matas.

O Governo Provincial mostrara-se impotente, solicitando as forças imperiais para sufocar o movimento. Atuou em Areia o Capitão Longuinho, enquanto o Capitão Piragibe resistiu em Campina.

As tropas do exército monárquico compareceram as vilas e em 20 de dezembro daquele ano não encontraram mais resistência, tendo início o processo de apuração.

Várias causas foram apontadas para o levante: aumento do imposto do chão da feira (um tostão por carga), adoção do sistema métrico decimal, alistamento militar e fanatismo religioso, sendo este último o mais provável segundo Horácio de Almeida.

Defende o historiador que nenhum aumento de imposto foi decretado, a lei somente entraria em vigor no ano seguinte. O sistema métrico só trazia benefícios à população e o alistamento militar, posto em execução e que atingia as camadas mais baixas da sociedade, fora corrigido na sua essência. Contudo, ignora o escritor uma profunda crise na agricultura com conseqüências para quase toda a população.

O Chefe da Polícia – Manoel Caldas Barreto – em seu relatório ao Presidente da Província apontava o Vigário de Campina Calisto da Nóbrega como um dos mentores intelectuais destes eventos e estranhava o seu grau de amizade com Irineu Joffily, à época Juiz Municipal, que se desligou do seus cargos para defender o religioso e demais envolvidos no incidente. Houve ainda a participação do Padre Ibiapina que auxiliando na Igreja de N. S. da Conceição pregou abertamente contra o governo.

Testemunha ocular destes acontecimentos, JOFFILY relata-os no seu compêndio sobre a coreografia da Parahyba e afirma enfaticamente que “*a causa foi a decretação de novos impostos pela Assembléia Provincial da Paraíba em sua sessão deste ano*”, que despertara um ódio pelos governantes entre a população pobre e ignorante (Notas sobre a Parahyba: 1892).

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, - futuro Barão do Abihay – era o governante da província parahybana. E em seu relatório à Assembléia Legislativa assim se pronunciou sobre os fatos:

“Esta província, que sempre se distinguiu em todas as épocas pelo seu conhecido espírito d’ordem e respeito às autoridades, em Novembro do ano próximo passado foi vítima, em diversos municípios, das ciladas dos agitadores, e fanatismo religioso, sob o pretexto dos impostos provinciais e leis de alistamento do exército e armada e do sistema métrico decimal.” (MS 09.10.1875).

Ao final, o Padre Calixto foi absolvido. O Padre Ibiapina, coadjutor do vigário campinense, sequer chega a ser denunciado. Seu nome já era mito tendo o governo recuado prudentemente. E em que pese às teorias de Horácio de Almeida acerca da participação de Joffily, nada ficou constatado.

A SESMARIA DE BODOCONGÓ

Sesmarias eram lotes de terras incultas ou devolutos que os reis de Portugal cediam para quem se dispusesse cultivá-las. Cada uma media 3 (três) léguas de comprimento por 1 (uma) de largura, sendo uma légua antiga equivalente a 6,6 Km.

A sua concessão atendia requerimento fundado em “*prestação de serviço público ou outros motivos*” (JOFFILY: 1892). Às vezes o proprietário não podia pagar o custo de uma certidão de posse (cem mil réis), dando azo a questões de terras.

Possuía cláusula de demarcação que muitas vezes não era cumprida no prazo legal, sendo o seu remanescente disposto a título de “*sobras*”.

A Gazeta do Sertão publicou várias delas, fruto das pesquisas de seu fundador, que por sua vez, deram origem ao célebre livro NOTAS SOBRE A PARAHYBA. E o registro que aqui fazemos encontra-se neste importante jornal, relativa à Sesmaria de Bodocongó. Eis a sua transcrição:

“O Rvº. Padre Domingos da Cunha Figueiredo, morador no sítio de Campina-Grande, de que é senhor Gonçalo de Gouveia Serpa, achando-se com gado vacum e cavalariagem sem ter onde o crie, e porque há terras anexas ao dito sítio de Campina-Grande desaproveitadas e devolutas, sem título justo, o que em virtude de uma sesmaria de (30) trinta léguas dos Oliveiras se pretende alguns herdeiros sempre possuírem terras que não são suas até com título injusto de uma capela fundada sem as circunstâncias necessárias para o seu valimento, a tempo que por decreto de S. M. Fidel. estão abolidas e reprovadas as sesmarias de excessivo número de léguas, que só se podem dar três léguas de comprimento e uma de largo; nesses termos se fazia necessário tirar sesmaria de terras na forma das reais ordens por se achar desaproveitadas ou desocupadas no lugar e requerer nas sobras do dito sítio três léguas de terras, que principiam... finda a légua que possui o sobredito Gonçalo de Gouveia Serpa pelo riacho de Bodocongó abaixo buscando o lugar da Caiçara dos missos (?), fazendo do comprimento largura ou da largura comprimento com uma de largo para cada banda, inteirando-se como melhor conta lhe fizer.”

Ouvidos o Procurador da Corte, Câmara e Provedor da Fazenda, fez-se a concessão aos 17 de abril de 1762, pelo Governador Francisco Xavier de Miranda Henriques”.

A tradução do vocábulo *Bodocongó* enseja algumas dúvidas. Segundo os pesquisadores o termo tem origem Cariry e não Tupy, traduzindo-se por “*águas que queimam*” (bo-dó-congó), embora ÁGUA naquela língua mãe seja DZU.

Esta era uma das propriedades do republicano IRINEU, que rendia juntamente com o sítio da Prata cerca de 2:000\$000 réis. Foi ali que JOFFILY foi encontrado quando de sua prisão, motivada por questões políticas.

O PELOURINHO DE CAMPINA

Pelourinho ou picota era uma antiga coluna de pedra da época colonial onde eram punidos e expostos os criminosos e escravos rebeldes. Era considerado simbolo de poder e liberdade municipal.

O “*tronco*” também servia para exposição de ordens e determinações das autoridades, exigindo-lhes o cumprimento sob a ameaça do famigerado local. Há notícias que o republicano José Nunes da Silva “*mandou ler e pregar no pelourinho um edital do governo republicano instalado na capital da Paraíba (...)*” (PINTO: 1989).

Quando Campina alcançou o *status* de Villa, em 1790, levantaram o seu Pelourinho. Nessa época, possuía a vila Câmara e Cartório, registrando-se pouco mais de 100 casas.

A instalação se deu no dia 20 de abril daquele ano, no centro da povoação, pelo Desembargador Antonio Felipe Soares de Andrada Bredores - Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca -, sob ordens do Ministro da Corte e do General de Pernambuco Dom Tomaz José de Mello.

Fizeram presença autoridades e populares que, de viva voz gritaram por três vezes, em sinal de respeito: “*Real-Real-Real, viva a nossa Rainha Fidelíssima, a senhora dona Maria Primeira de Portugal*”. E assinaram o termo da solenidade, o Meirinho Geral da Correição, Leandro de Souza Vinani, o Desembargador-corregedor e diversas pessoas da localidade, a exemplo de Paulo de Araújo Soares, proprietário de Data em Banabuyé; o sesmeiro do Jardim de Remígio, José de Abreu Tranca; o Padre João Barbosa de Góiz Silva; o descendente dos Oliveira Ledo, Sebastião Correia Ledo; além do cidadão José Tavares de O. Limeira, dentre outros.

Joffily em seu semanário pioneiro, nos dá conta do “*levantamento do polurinho na villa da Rainha*”, cujo registro histórico o fazemos para a posteridade:

“Certidão. Certifico que com minha presença se fixou o edital pelo qual se fez público o levantamento do Pelourinho nesta villa da Rainha e de se proceder a eleição das Justiças que hão de servir na mesma no dia vinte do presente mês, o qual edital foi publicado no lugar mais público desta povoação pelo Porteiro na forma do estilo. Povoação de Campina Grande, 18 de abril de 1790. Em fé da verdade, o escrivão da Corte Luiz Vicente de Melo”.

Em 1876, existia ainda na Rainha da Borborema cerca de 1.206 escravos, sendo os fazendeiros os maiores proprietários.

A fuga de escravos era noticiada nos jornais de grande circulação, oferecendo-se inclusive prêmio pela sua captura. A esse respeito, veja a seguinte nota com a escrita de sua época:

“No dia 8 de Fevereiro do corrente anno fugiu de Campina-Grande, um escravo de nome José, pertencente a Francisco de Salles Pequeno, cujo escravo tem os signaes seguintes: - mullato, cor encerada, vinte e dous annos de idade, baixo de corpo, rosto redondo, cabellos caxiados, pés cambados (ou apagaiados como vulgarmente se dis) com duas verrugas no pé direito, falla serrada (sic)”.

O destino certo era o castigo, fosse no pelourinho em praça pública ou nas senzalas, longe das vistas dos liberais e movimentos anti-escravagistas.

Mesmo após a abolição da escravatura (13 de maio de 1888), havia nas urbes de então muito preconceito racial, que se dissipou com o passar dos anos. No entanto, a carga moral na época de Joffily foi subordinada ao “*morador*” dos sítios e fazendas, considerado subproduto da estrutura semifeudal.

A IMPRENSA DE CAMPINA GRANDE

A história da imprensa em Campina Grande tem início em 1888. Em um curto espaço de tempo (1888/1931), circularam nesta cidade não menos que 17 jornais de vida efêmera. A exceção fica por conta da Gazeta do Sertão (Joffily/ Retumba) e do Correio de Campina (Lauritzen).

A GAZETA DO SERTÃO, fundada por Irineu Joffily e Francisco Retumba, funcionava na Praça Municipal, com uma tiragem de 800 exemplares, foi o pioneiro. Circulou de 1º. de setembro de 1888 até 06 de maio de 1891, quando, por motivos políticos, fechou as portas. Retomou as atividades em 1923, dirigida por Hortênsio Ribeiro.

O CORREIO DE CAMPINA nasce em 1911, para combater as ideias de Joffily e do partido que este representava. Editado por Christiano Lauritzen, tinha por colaboradores: José Coêlho, João Suassuna, Antonio Farias, Lino Fernandes, José Alves, Lino Gomes da Silva, Alberio Saldanha, Getúlio Amaral, Severino Pimentel, Hortênsio Ribeiro, Rafael Sefas, Júlio Maciel, Elpídio de Almeida, Octávio Amorim, Raul de Góes, Luis Gomes, Raul Péricles, Generino Maciel etc, e circulou por longos 17 anos.

Dentre os outros periódicos e revistas da cidade, destacamos:

- "A Gazetinha" (1889) era impressa pelo pernambucano Eleutério Edáclio Escobar, falecido em 1917.

- O "Campinense" data de 1892. Era uma publicação do Partido Republicano, realizada na tipografia da Gazeta de Irineu.

- O "Echo" que circulava aos sábados surge em 1895, de responsabilidade do Dr. Gonçalo de Aguiar Botto de Menezes e João Antônio Francisco de Sá, respectivamente, Juiz e Advogado em Campina Grande.

- "O Prelúdio", nascido em março de 1905, dirigido por Severino Pimentel, com participação de Nilo Bezerra, Severino Procópio e Hortênsio Ribeiro.

- "O Campina Grande" aparece em 1909, com Protássio de Sá, Virgílio Ribeiro Maracajá e Gilberto Leite.

- O "XV de Novembro" é editado em 1910, por Severino Correia, funcionário da recebedoria de rendas local.

- O "Anuário de Campina" surgiu em 1925. Estava a frente do empreendimento José Pezzoli, com contribuição de João Mendes e Joaquim Inojosa, e artigos literários de Anésio Leão, Odilon Luna, José Maciel, Antônio Telha, Mário

Gomes, Mauro Luna, Samuel Simões, Murilo Buarque , José Cavalcante, Severino Pimentel e João Vasconcelos.

- Enquanto que a “Folha de Campina” tinha os seguintes colaboradores: J. Leite Sobrinho, Armando Lira, D. Luiz Fernandes, Fátima dos Santos e outros.

- O Rebate (1930), contava com redação de Luiz Gil de Figueiredo.

- O Diário da Borborema, órgão associado, foi inaugurado em 02 de outubro de 1957.

- A Batalha foi o primeiro jornal de circulação diária na cidade de que se tem notícia.

Apresentamos a seguir um índice cronológico dos folhetins que circularam em Campina Grande:

1888 – Gazeta do Sertão, O Álbum e O Alfinete

1889 – A Gazetinha.

1890 – O Tempo

1892 – O Campnense, Gazeta dos Artista e O Álbum

1894 – Gazeta dos Artistas e O Álbum

1895 – O Eco

1908 – O Prelúdio

1908 – Campina Grande e XV de Novembro

1911 – Correio de Campina

1913 – O Proêmio

1915 – A Razão e A Renascença

1920 – Revista Campinense

1921 – O Clarão

1922 – O Lidador

1923 – O Suporte, A Gazeta do Sertão (2ª. Fase)

1925 – Anuário de Campina

1928 – O Século

1930 – O Rebate

1931 – Brasil Novo e Revista Evolução

1932 – Comércio de Campina Grande

1933 – Jornal de Campina Grande, AEC Jornal, Almanaque de Campina Grande, Comércio de Campina Grande

1934 – Praça de Campina, O Farol, A Batalha, A Ordem, A Frente, Flâmula

- 1936 – A Voz da Mocidade
- 1937 – Voz da Borborema, O Colegial
- 1938 – Revista Idade Nova
- 1940 – Revista O Norte
- 1945 – Voz o Dia (diário)
- 1947 – Diário da Borborema
- 1949 – Correio Campinense
- 1950 – O Momento
- 1951 – Tribuna do Estudante
- 1952 – Jornal de Campina (2ª. Fase)
- 1957 – Voz Bancária, Gazeta da Borborema e Diário da Borborema
- 1958 – Evolução
- 1959 – O Século (2ª. Fase)
- 1960 – Gazeta Campinense e Revolução Democrática
- 1976 - Lembranças
- 1979 - Mini Informativo Maçônico, por J. Leite Sobrinho
- 1983 - 19 de agosto, órgão oficial da Loja Regeneração Campinense

em comemoração aos seus 60 anos de fundação.

O rol decerto não está completo e preciso, neste sentido já se pronunciava a fonte de que nos valem – Revistas dos Institutos Históricos Paraibano e Brasileiro – desta forma, contamos com a intervenção dos leitores para que possamos crescer esta lista com maior exatidão.

REFORMA DA MATRIZ DE CAMPINA PELO VIGÁRIO SALES

A Catedral de N. S. da Conceição, em Campina Grande, passou por uma grande reforma, iniciada em meados de 1890, conforme consta do relatório de Christiano Lauritzen:

“Os edifícios públicos são: a Matriz, que está em reconstrução e que depois de concluída ficará uma das mais espaçosas e de maior arquitetura das igrejas do centro deste Estado (...)” (LAURITZEN: 1890).

Coube ao Padre Francisco Luiz de Sales Pessoa (1847/1927) dirigir e fiscalizar os trabalhos com muito zelo e dedicação. O vigário visitava diariamente os serviços, cuidando para que estivessem prontos até o mês mariano.

Os serviços da nave interior estavam a cargo de Joaquim Clemente, hábil artista, e a fachada exterior ao não menos hábil mestre Thomaz. A Matriz *“Era ainda um edifício pequeno, inestético, impróprio a uma população católica em crescimento”* (ALMEIDA: 1962, p. 196).

Aos 13 de fevereiro foi erguida no frontispício da igreja uma cruz de ferro com quase três metros de altura, em substituição a de madeira que ali existia. O ato solene foi acompanhado por repiques de sinos, fogos e músicas.

No domingo e na quarta feira de cinzas (08 e 11), os fieis ajuntaram-se para carregar os tijolos, seguindo uma imensa procissão ao som da *Eutherpe Campinense*, seguindo da igreja até a olaria, ida e volta, tendo a frente a bandeira da padroeira.

O evento repetiu-se no dia 15 de fevereiro. A multidão de homens e mulheres transportavam os blocos com imensa alegria.

A constução era ousada. Na época, existia apenas duas praças na vila. A da matriz, ao lado do açude velho, e a municipal logo adiante. Seguiam-se *“uma meia-dúzia de casas mal alinhadas e sem calçamento, onde moravam os coronéis, os doutores, os comerciantes e os que tinham algum trabalho burocrático ou artesanal”* (JOFFILY: 1977).

O Vigário Sales não economizou, cercando-se dos melhores artesões e operários e arrecadando boa quantia que foi destinada a obra em andamento. Paredes eram revestidas, na grossa engenharia do seu tempo; pisos eram puxados às pressas e o madeiramento do telhado, a sua altura, não deixava a desejar.

Ao final, todos estavam satisfeitos. O templo era imponente, formoso e adequado aos trabalhos litúrgicos.

Muitos profissionais liberais, criadores e comerciantes contribuíram para este empreendimento. A Gazeta do Sertão fazia questão de publicar cada vintém, exemplifiquemos a seguir: Tenente João da Costa Agra (10\$000); Salvino de S. Figueiredo (5\$000); Capitão Silvino R. do S. Campos (25\$000); Avelino R. de Campos (6\$000); José Francisco dos Santos (2\$000); Dionísio Pereira da Costa (5\$000); José Antonio de F. Capoeira (5\$000); Manoel P. da Rocha (2\$000); Faustino Pereira de Guimarães (1\$000); Manuel Joaquim Alves de Maria (5\$000); Miguel Pereira de Almeida (20\$000); Luiz de França Sodré (2\$000).

O Capitão Bento Olympio Torres Brasil, importante criador de gado em Banabuyé (Esperança), que chegou inclusive a receber o título de Benemérito pela doação de 200 mil réis, do total de noventa e nove mil acumulados até o dia primeiro de maio de 1891.

Não temos ao certo a data da sua conclusão, embora Irineu chegue a comentar em suas Notas sobre a Parahyba (1892), que a “*matriz, recentemente concluída, é uma das melhores igrejas de todo o Estado*” (JOFFILY:1977). Como resultado, diz a crônica prefaciadora daquele compêndio, que até a década de 50 esta foi a obra de maior vulto na cidade.

No seu entorno foram construídos diversos casarões dando origem a uma das maiores avenidas da cidade.

CAMPINA SEGUNDO CHRISTIANO LAURITZEN

O dinamarques Cristiano Luaritzen, em minucioso relatório apresentado ao Governador da Parahyba, faz uma importante descrição da cidade de Campina Grande.

Segundo aquele documento, o município limitava-se: ao Sul, com Alagoa Grande, Ingá e Cabaceiras; ao Poente, com Cabaceiras e Soledade; e ao Norte com Alagoa Nova e a povoação de Banabuyé. Os seus terrenos estavam divididos em três zonas: o brejo, que se estende ao Norte na estrada principal, onde se cultivam cana, café, mandioca, fumo e creais; a Caatinga ao Sul da mesma estrada, terrenos mistos que produzem algodão e servem a criação de animais; a terceira zona era chamada de “Cariry Velho”, destinadas a criação de gado e que durante as secas possuía bom pasto, neste, era natural a Macambira, “*cujo tronco ou talo contém uma massa que dá goma alva e nutritiva*”.

As suas povoações ao seu tempo, eram: Fagundes, Queimadas, Boa-Vista, Pocinhos, S. Sebastião da Lagoa de Roça e a do Marinho. Explicando, portanto, a sua grande circunferência (300 km). E apesar de não haver recenseamento a população total estava estimada em 17 mil habitantes, sendo 4 mil almas na sede (Campina Grande). E alcançando aproximadamente 20 mil almas nos anos de seca.

O município que era comarca de 2ª. Entrância e freguezia de Nossa Senhora da Conceição, estava dividido em quatro distritos de paz, uma cidade e seis povoações.

A sede, outrora denominada de “Vila Nova da Rainha”, estava situada na chapada da Serra da Borborem a 560 metros acima do nível do mar, de clima temperado e sadio. Os seus subúrbios registravam quatro edifícios públicos e 713 casas distribuídas em dezoito ruas, além de duas praças e duas travessas.

Os prédios públicos eram: a Matriz (uma das mais espaçosas e de melhor arquitetura do Estado), a Igreja do Rosário (pequena e inconclusa), o Paço Municipal construído em 1877, onde funcionavam o Jury, o Conselho Municipal, arquivo e demais acomodações; e a Cadeia, “*uma das maiores e mais sólidas do interior deste Estado*”.

Na cidade ainda se encontravam uma aula pública para os sexos masculino e feminino; uma tipografia, duas casas de mercado, uma antiga praça municipal e outra moderna denominada de “Independência”, no lugar da feira.

Nos seus arredores haviam dois açudes públicos (Velho e Novo) e três particulares, além de diversas fontes de água.

O Açude Velho, quando cheio, tinha uma extensão de mil metros de comprimento e quarenta e cinco de largura, com profundidade de 10 metros. Seus baldes foram reedificados pela Comissão de Socorros Públicos na administração do Barão de Abialhy em 1889.

O dito açude “Novo”, era bem menor em proporção. Não tinha afluentes e recebia águas que infiltravam nos taboleiros ao redor, “*onde existe uma grande quantidade de ervas medicinais, como ipecacuanha, salsa e outras das quais toma a água, sem dúvida, as qualidades medicinais, que lhe são atribuídas, e uma cor de topásio queimado e gosto desagradável, que desaparece completamente depositada em vaso de barro um ou dois dias*”.

As principais fontes de receita do município eram: os impostos da feira, o dízimo do gado e de animais de outros estados, e tributos cobrados sobre as edificações, lavouras e subprodutos da agricultura. Embora o seu autor considerasse que o melhor rendimento viesse do aforamento dos terrenos do antigo aldeamento dos Índios Cariry's e determinasse a cobrança de “*um real sobre braça quadrada*”, havia um grande empecilho na sua arrecadação.

O terreno que passara a pertencer à municipalidade por decreto de 20 de outubro de 1857, sofreu invasão dos proprietários vizinhos. Era necessária uma demarcação, que no momento se mostrava inviável pois o Livro Tomobo do Pilar, em que estavam registradas a sua concessão, havia sido extraviado na sediação do Quebra-quilos. Era necessário organizar o dito foro sem a certeza dos seus limites. O local hoje é conhecido pelo nome de rua Índios Cariry's.

O comércio era bem ativo naquele tempo, e explica o relator que isto se devia a sua localização, “*colocada na desembocadura de três grandes estradas*”, aguardando tão somente a chegada da estrada de ferro para o seu incremento.

Por fim, ao terminar o seu relato, propunha novas diretrizes para a organização do Estado, conferindo-se maior autonomia aos municípios.

Encerrado o documento, assinam Christiano Lauritzen, Manoel Gustavo de Farias Leite e Ildefonso de Brito Cunha Souto Maior.

A FREGUEZIA DE N. S. DA CONCEIÇÃO

A Freguesia de Campina Grande, foi desmembrada em 1769 da dos Cariris de Fora, e erguida sob a égide de Nossa Senhora da Conceição.

Irineu Jóffily em seu livro assim descreve:

“Esta freguezia desmembrada dos carreris de fora em o ano de mil setecentos e sessenta e nove, fica ao este da cidade, trinta e cinco lagoas e da Costa trinta e seis; é de Portugueses; tem vinte e uma lagoas de largo para o sul, confina com a de Jardim e de comprido vinte e duas para o poente; confina com a dos Cariris de fora; é o seu commercio de gaco vaccum e cavallar; tem cura amovivel; e pelo rol da desobriga de mil setecentos e setanta e quatro tem tres capellas filiaes; quarenta e sete fazendas; quatrocentos e vinte e um fogos; e mil quatrocentos noventa pessoas de desobriga” (Notas sobre a Parahyba: 1892, p. 238)

Enquanto o pesquisador Francisco Severiano, assim refere-se em 1906:

“Campina Grande — Freguezia de Nossa Senhora da Conceição; situada a 30 leguas ao poente da sede episcopal, creada em 1769 e limitada: a leste, pelas parochias de Alagôa Grande e Ingá; ao oeste, pelas de Cuité, Pedra Lavrada e S. João do Cariry; ao norte pelas de Alagoa Nova e Areia; e ao sul” (A Diocese da Parahyba: 1906, p. 44).

A história nos dá conta que um padre italiano, do hábito de Santo Antonio, foi trazido pelo Capitão-mór Theodózio de Oliveira Lêdo para realizar os trabalhos de batismo e povoamento dos Índios Ariús, que se achavam aqui aldeados.

Teria este religioso construído uma casinha de taipa que lhe servira de igreja, no alto da ladeira da rua do Oriente (hoje Vila Nova da Rainha), onde realizava as suas celebrações.

Anos depois, a Coroa Imperial destinou 25 mil réis para a construção de uma capela, que foi utilizada para melhorar a construção daquela morada, convertendo-a em capela.

A partir de 1753 foram realizadas algumas reformas, até que em 1793, a Igreja Matriz ganhou o aspecto atual. Em seu entorno foram construídos diversos casarões, que deram início a uma das principais avenidas da cidade.

O Padre Francisco Luiz de Sales Pessoa foi um dos que permaneceram a frente da administração paroquial por mais tempo. Ordenado ainda jovem, no ano de 1877, dez anos depois reinvidicava uma gleba de terras doadas ao Convento da Guia.

O vigário também foi responsável por grande parte do aformoseamento e construção da Catedral de N. S. da Conceição. “*Era ainda um edifício pequeno, inestético, impróprio a uma população católica em crescimento*” (ALMEIDA: 1962, p. 196).

Muitos profissionais liberais e comerciantes contribuíram para este empreendimento, a exemplo do Capitão Bento Olympio Torres Brasil, importante criador de gado em Banabuyé (Esperança), que chegou inclusive a receber o título de Benemérito pela doação de 200 mil réis.

Hoje quem passa por aquela imponente igreja nem imagina que a sua construção está cercada de tanta história!

CAMPINA GRANDE

DECRETO N° 1.192 DE 1853

Em nossas pesquisas acerca da legislação provincial sobre Campina Grande, encontramos o Decreto n° 1.192, de 08 de junho de 1853. A norma organizou a Guarda Nacional do Município de Ingá e Campina.

Eis o seu texto legal, na sua ortografia original:

“DECRETO N° 1.192 – de 8 de Junho de 1853.

Organisa a Guarda Nacional dos Municípios do Ingá e Campina Grande da Província da Parahyba.

Attendendo á Proposta do Presidente da Província da Parahyba: Hei por bem Decretar o seguinte:

Art. 1°. Fica creado nos Municípios de Ingá e Campina Grande da Província da Parahyba, hum Commando Superior de Guardas Nacionaes, o qual comprehenderá dois Batalhões de Infantaria e oito Companhias cada hum, com a designação de nono e decimo do serviço activo, e huma Companhia, e huma Secção de Companhia do serviço da reserva.

Art. 2°. Os batalhões terão as suas paradas nos lugares que lhes foram marcados pelo Presidente da Província, na conformidade da Lei.

José Ildefonso de Souza Ramos, do Meu Conselho, Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido, e faça executar, Palácio do Rio de Janeiro em oito de Junho de mil oitocentos e cincoenta e tres, trigesimo segundo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de sua Majestade o Imperador

(as) José Ildefonso de Souza Ramos”

O mencionado decreto passou pelo crivo do Conselheiro da Seção de Justiça do Estado, José Ildefonso de Souza Ramos, Barão das Três Barras e Segundo Visconde de Jaguari.

Acreditamos que, em documento oficial, esta foi a primeira ocorrência para o atual topônimo do município Rainha da Borborema. A outra ocorrência diz respeito à Lei Provincial n° 27, de 06 de julho de 1854, que anexou o seu território à comarca do Pilar.

O TOPÔNIMO DE CAMPINA GRANDE

É certo que as origens de Campina Grande datam de 1697. E que no ano seguinte, um frade do hábito de Santo Antonio, por ordens do governador da Capitania, Manuel Soares Alberguaria, deu início à catequização dos silvícolas que se encontravam ali aldeados por força de Theodózio de Oliveira Ledo.

Deste fato, originou-se a Carta Régia de 13 de janeiro de 1701, que mandava construir uma capela e pagar ao capelão vinte e cinco mil réis de cômputo.

Em 1769 o povoado foi elevado à Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, com sede em São João do Cariri de Fora. E através da Carta Régia de julho de 1766, foi transformada na “Vila Nova da Rainha”, o que só veio a ocorrer definitivamente em 1790, com a sua instalação.

Mesmo com a nova denominação, os sitiantes teimavam em chamá-la de Campina Grande, nome pela qual esta paragem sempre foi conhecida, no dizer de Irineu Jóffily.

Gonzaga (Economia, política e sociedade: 2006), menciona que “*sua topografia plana, com muitas baraúnas, pau d’arcos, aroeiras, angicos e mulunguzeiros que caracterizavam uma extensa campina, é que gerou este cognome que ainda hoje perdura*”.

No livro "Corografia Brazílica" de 1817, encontra-se o seguinte registro:

"Villa da Rainha, vulgo Campina-Grande, por estar solitária numa dilatada planície, obra de trinta e cinco leguas da Capital, não passa ainda de pequena; porem mui frequentada, em razão de lhe passar por dentro a estrada real do sertão. Paupinna era o nome, que a designava antes de ser villa. Seus habitantes bebem d'uma lagoa contigua, a qual faltando d'água nos annos de grande sêca, obriga-os a hir buscalla d'alli duas leguas. A sua Matriz he dedicada a Nossa Senhora da Conceição".

O termo “Campina Grande” surge oficialmente para nós em 1854, com a edição da Lei Provincial de nº 27, datada de 06 de julho do corrente ano, anexando este território à comarca de Pilar.

Campina foi elevada à categoria de cidade em 11 de outubro de 1864 (Lei Provincial nº 137). E no ano seguinte, era criada a Comarca de Campina Grande (Lei nº 183) e, por conseguinte, houve uma nova impulsão naquele povoamento.

CAMPINA GRANDE

DECRETO N. 2.740 DE 1861

Encontramos o seguinte registro de grande importância para a história de Campina Grande. Trata-se de um decreto imperial que marca os vencimentos do carcereiro da cadeia, orçado em 120 mil réis.

A seguir, *ipsi literis*, o texto legal:

"DECRETO N. 2.740 - de 6 de Fevereiro de 1861.

Marca o ordenado de cento e vinte mil réis ao Carcereiro da Cadêa da Villa de Campina Grande da Província da Parahyba.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo Unico. Fica marcado o ordenamento de cento e vinte mil réis ao Carcereiro da Cadêa da Villa de Campina Grande da Província da Parahyba.

João Lustosa da Cunha Paranaguá, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Rio de Janeiro, em seis de Fevereiro de mil oitocentos sessenta e um, quadragésimo da Independência e do Império.

Com a rubrica de Sua Majestade o Imperador.

(as) João Lustosa da Cunha Paranaguá"

Por esse tempo, já se ouvia os primeiros brados em prol da Proclamação da República, o que veio a ocorrer em 15 de Novembro de 1889. Segundo consta, Irineu Jóffily, foi o único paraibano a assistir este evento, quando se dirigiu à Capital para assumir o cargo de Deputado-Geral, eleito pelo segundo distrito de Campina Grande, sendo as primeiras notas republicanas em nosso Estado foram publicadas no jornal seu Gazeta do Sertão.

REGISTRO DE ESCRAVOS EM CAMPINA GRANDE

A Vila Nova da Rainha – hoje cidade de Campina Grande - registrava em 1876 o número de 1.206 escravos. Os maiores proprietários eram os fazendeiros de algodão. Em nossas pesquisas, encontramos a seguinte contagem:

O Coronel Alexandrino Cavalcante, sogro de Cristiano Lauritzem, possuía 44 escravos. João Lourenço Porto, tinha onze. João Tavares, nove. O Ildefonso Alves, oito. O Padre José Ambrósio, seis. O Juiz Antonio Trindade, oito.

O próprio Irineu Jóffily, escravo das conveniências e das necessidades domésticas, possuía duas escravas: “*Isaura n° 319, com vinte anos de idade solteira, valor 800 mil réis; e Rosa, n° 1.275, idade 58 anos, solteira, valor 200 mil réis*”.

O Dr. Maximiliano Lopes Machado – historiador e deputado provincial -, quando residiu em Campina em 1861, possuía ao menos uma escrava, de nome Leonor. Há notícias de sua fuga (AHPB, Polícia da Parahyba do Norte: 1861, fls. 122v).

Aliás, era comum a fuga de escravos na região, certamente motivada por maus tratos dos seus senhores. O fato era divulgado nos jornais de grande circulação, muitas vezes oferecendo-se prêmio para a sua captura. A esse respeito, veja a seguinte nota com a escrita de sua época:

“No dia 8 de Fevereiro do corrente anno fugiu de Campina-Grande, um escravo de nome José, pertencente a Francisco de Salles Pequeno, cujo escravo tem os signaes seguintes: - mullato, cor encerada, vinte e dous annos de idade, baixo de corpo, rosto redondo, cabellos caxiados, pés cambados (ou apagaiados como vulgarmente se dis) com duas verrugas no pé direito, falla serrada (sic)”.

A partir de análise de inventários, alguns historiadores fixaram o preço do esforço humano escravizado. Nos anos de 1840 à 1852, um escravo valia 500\$000 réis. Porém, no período que corresponde a 1858/1871, o valor praticamente dobrou, alcançando a cifra de 1:000\$000 e 1:500\$000 réis, caindo para a quantia de 600\$000 réis em 1885.

Para que o leitor melhor compreenda esta capitalização, apresentamos o seguinte quadro comparativo elaborado por Geraldo Irineu Joffily, ao prefácio das “Notas sobre a Parahyba” do famoso avô:

“A cuia (dez litros) de milho custava 400 réis, de feijão 1000 réis, de farinha 320 réis, o quilo de carne seca 600 réis, de carne verde 300 réis, e cada rapadura 60 réis”.

Os escravos vinham em “galeas” e aportavam em Recife, de onde eram trazidos para serem comercializados nas vilas.

É sabido que um movimento escravo liderado pelo negro Manuel do Carmo, na Província da Parahyba, realizou uma verdadeira revolução em 1874. O evento foi denominado de “Quebra-quilos” e marcou a história de Campina Grande.

Houve uma marcha em direção ao Sítio Timbaúba, onde os revoltosos pretendiam haver o “*Livro de Fundo da Emancipação*”, onde eram pintados os escravos novos. Porém, os homens foram ludibriados e tiveram que se esconderem nas matas.

Manoel Pedro CARDOSO VIEIRA era, ao lado de Irineu Jóffily, um grande abolicionista. O velho tribuno em um de seus discursos, desabafa:

“Nas sociedades em que a instituição da escravidão perdura por certo tempo, ela planta no coração daqueles que se servem dela um instinto, a que eu já me referi e que chamei de escravagista: a necessidade de ter escravos, o vício de não poderem servir-se senão que com eles, essa repugnância invencível pela liberdade, que é um dos males que acometem aqueles que se utilizam por muito tempo da escravidão”.

O cidadão em questão chegou a ocupar o cargo de Deputado-Geral pelo Partido Liberal (1878/1880).

Até a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1878, praticamente não se concebia direito aos escravos. Mesmo os libertos eram proibidos de adquirir instrução. Assim reza o art. 14 da Lei nº 20, de 6 de maio de 1837: “*Os professores só admitirão em suas aulas pessoas livres*”. Adiante, o regulamento de 11 de março de 1852, prescreve em seu art. 12: “*Nas públicas não são admitidos os que padecem de moléstia contagiosa, os escravos e os pretos africanos, ainda que sejam libertos ou livres, e os não vacinados*”.

Este quadro se alterou ao longo dos séculos, mas ainda existe muito preconceito que precisa ser rompido definitivamente, para que este país seja considerado igualmente livre.

O FÓSSIL DE CAMPINA GRANDE

Irineu Joffily além de distinto historiador foi um grande descobridor. Percorreu a Paraíba a cavalo, cujo contorno hoje se deve ao desbravamento deste paraibano. E em suas andanças, recolheu vasto material histórico e geográfico, dentre eles, o famoso “Fóssil de Campina Grande”.

O Planalto da Borborema apresentava uma singularidade notável, que era a presença de inúmeros tanques de todas as dimensões. Naquele tempo, uma grande seca assolou a região de Campina, forçando os fazendeiros a desterrarem aqueles antigos tanques em busca de água. Esta pode ter sido a força motriz que motivou os achados arqueológicos.

Corria o ano de 1889, e o consócio do Instituto Histórico de Pernambuco enviara por carta datada de 22 de julho daquele ano, um “*curioso espécimen de ossos fósseis, encontrados na catinga da Navalha desta Comarca*”.

O material foi achado após a escavação de um grande tanque na caatinga da Navalha, acerca de dois metros da superfície do solo, revestido de uma grande jazida de ossos, “*os quais aderiram tão fortemente a picarra (espécie de rocha em composição) que foi impossível tirar-se inteiro qualquer um deles*”. E conclui Joffily: “*Neste bloco que remeto parece distinguir-se uma parte da mandíbula do animal e diversos dentes ao lado, tudo encrustado na picarra*”.

Os ossos apresentavam na superfície lateral externa dois sulcos longitudinais paralelos, e na interna, um único de maior profundidade na mesma disposição anatômica, tendo cerca de 20 centímetros de comprimento. E foram classificados pela comissão composta por Maximiano Lopes Machado e João Batista Rigueira Costa, como sendo de um megatério.

O “*Megatherium*”, ou em português Megatério (besta gigante), trata-se de uma preguiça gigantesca que viveu há cerca de 20 mil anos atrás, no período Plioceno ou Pleistoceno. Era do tamanho de um elefante e comia folhas de arbustos, usando de sua língua comprida. Manejava bem as suas garras, fortes e poderosas, mas demonstrava ser uma criatura dócil. Seus principais predadores eram o tigre-dente-de-sabre, ursos e lobos.

Consta da missiva dirigida ao Dr. Ladislao Neto, em Pernambuco, que a escavação ainda encontrou fragmentos de louça, debaixo dos ossos, que aí se descobriram, o que no seu conceito, constitui uma prova da presença de uma civilização nesta região.

Os fósseis que se apresentam no Tanque do Navalha e em toda a região polarizada por Campina, segundo pesquisadores, parece que se pode atribuir a um cataclisma que na época ocasionou uma grande inundação, devastando e destruindo toda a vida orgânica, que restou preservada na formação rochosa.

Uma outra versão atribui ao fato dos animais acorreram a esses grandes tanques de pedra para beberem água, onde caíam e ficavam impossibilitados de saírem.

Os achados que porventura possuíam maior peso não foram enviados ao IHGPE por Irineu, e sim permaneceram em poder do pesquisador paraibano. Contudo, posteriormente, foram remetidos outros ossos para fins de exposição antropológica.

CRISTIANO LAURITZEN

A figura do dinamarquês Cristiano Lauritzem (1847/1923) foi aparecer nas patriarcais fazendas do sertão paraibano por volta de 1870, mercadejando jóias e quinquilharias. Campina era seu ponto obrigatório de pouso, e aí cortejou e casou-se com uma das filhas do Coronel Alexandrino Cavalcante de Albuquerque, Delegado da Villa Nova da Rainha.

A moça, de nome Elvira, contava vinte e três primaveras e o estrangeiro já alcançara a idade de trinta e seis anos.

Alexandrino era senhor da fazenda cabeça-do-boi, situada a cinco ou seis léguas de Campina Grande, numa das regiões mais ásperas e pedregosas da Província. A antiga sesmaria do cabeço fazia fronteira com os atuais municípios de Esperança e Pocinhos.

Em Campina, o sogro construiu para o genro a casa inglesa, servindo-lhe de loja e residência. E preocupando-se tão somente com os carnavais, entregou-lhe também a chefia política local.

Cristiano falava bem o inglês e tinha relações com firmas estrangeiras, tornando-se em pouco tempo o maior comerciante da cidade, vendendo fazendas e retalhos em grosso e a varejo, e fornecendo mantimentos ao governo, aos ingleses e aos fazendeiros da região.

Irineu Joffily era seu ferrenho adversário político e o descrevia como uma figura curiosa, muito alta e loura.

A Gazeta de Irineu só o tratava por “Gringo”. Em contrapartida, Cristiano dizia que Joffily não era católico, apondo-se as suas aspirações políticas. Talvez por esta razão, tenha fundado em 1911, o jornal “Correio de Campina”, que circulou até 1932.

Após perder a cadeira de Deputado Estadual e ser destituído da chefia do Conselho da Intendência em Campina (1890/1892), foi eleito prefeito em 1904, permanecendo no cargo até 1923, ano de sua morte. Nessa época, o sub-prefeito era Manuel Cavalcante Belo e o delegado de Polícia o major Lino Gomes da Silva.

Cristiano dava apoio ao governo de João Lopes Machado (1908/1912) e chefiava a política epitacista na Rainha da Borborema, sendo ele o responsável direto pelo prolongamento da estrada de ferro Great Western, que teve seu fim na cidade de Campina Grande.

O ramal foi inaugurado em 1907, cujo empreendimento na opinião de vários autores alavancou o progresso daquele município.

Cristiano Lauritzem faleceu aos 76 anos de idade.

O AÇUDE VELHO DE CAMPINA

A

A construção do Açude Velho de Campina Grande, obra de grande vulto para a época, foi iniciada em 1828 e concluída no ano de 1830, motivada que foram pela grande seca que assolou o Nordeste a partir de 1824.

Custou inicialmente aos cofres públicos um conto de réis. Mais tarde, o Ministro do Império enviou dois contos e trezentos mil reis para a sua conclusão.

Segundo um antigo documento do IHGP, datado de 18 de novembro de 1830, a Câmara Municipal da Vila Nova da Rainha orçamentara a obra nos termos seguintes:

“PLANO DE ORÇAMENTO DA OBRA DO ASSUDE VELHO – Aos dezoito dias do mês de novembro de mil e oito centos e trinta, nesta Villa Nova da Rainha Comarca e Província da Parahyba do Norte, em casa de Câmara da mesma, onde se achava reunida a Câmara Municipal em Sessão Ordinária, o Presidente e Membros da Mesa da mesma Câmara ahi depois de terem vestoriado com dous louvados, o Sargento mor, João Francisco Barreto e Tomaz da Costa Pimenteira, a obra que se deve fazer do assude velho desta Villa a fim de acautellar as repetidas faltas de água dos annos secos, fizerão o plano da dita obra da fôrma seguinte: - Que se faça hua parede d’altura de cinco palmos sobre o baldo ou parede do assude velho desta Villa, ficando na superficie a ditta parede nova a largura de dez palmos; cuja parede deverá ser da grossura ou baze em baixo sessenta palmos, ou com a terra, que pelo declívio poder descer aos lados, sem ter estacada ou remada tanto a hum lado, como, em outro; sendo a parede no nível thé a sangria, e deve ficar a dita sangria com três braças de largura, e a desembocadura da mesma, calçada de pedra ou tijolo de fôrma, que a corrente d’água não profunde. Haverá tão bem no lugar da Gangorra, outra parede ou baldo com altura correspondente ao nível (sic) da primeira, e com grossura proporcional à mesma, havendo procedido hum alicerce thé descobrir o barro rijo, ou com oito palmos de profundidade, e largura, o mesmo se estenderá na outra parede, a onde não houver alicerce; deveras as ditas paredes ser feitas a terra de

dentro do assude, advertindo que tanto huã, como outra parede, deve corresponder unível de huã á outro alto com altura acima dita. E logo os louvados à vista deste Plano avaliarão a obra na quantia de dous Contos e tresentos mil reis tudo para constar mandarão fazer este termo que assignarão com os louvados, eu Manoel da Costa Ramos, Secretário o escrevi: - LEONARDO JOSÉ RIBEIRO, Presidente, ANTONIO PEREIRA DE ARAÚJO – JOSÉ DE GOUVEIA SOUZA – ANTONIO SEBASTIAM DE ARAÚJO – JOSÉ ANTONIO VILLA SECA – MANOEL PEREIRA DE ARAÚJO – Está conforme. Leonardo José Ribeiro, Presidente – Antonio Pereira de Araújo – Manoel Pereira de Araújo – Antonio Sebastião d’Araújo – José Vitoriano de Barros – José de Gouveia Souza – Thomaz d’Aquino de Mendonça.

Está conforme.

No impedimento do Secretário do G° Joaquim Francisco Mont° da França, 2° Off. da Secret”.

Observe o leitor que mantivemos a grafia original dada a importância documental que se faz.

O historiador Elpídio de Almeida nos informa que, existia um MS a esse respeito no 3° Cartório da antiga vila, hoje Campina Grande.

O Açude Velho foi reconstruído em 1841.

Nos anos 45 e 77 do Século XVII, a região polarizada por Campina enfrentou outra grande seca, tendo este manancial grande importância no abastecimento d’água dos campinenses. Primeira fonte de abastecimento do município, sua finalidade precípua foi abandonada após a canalização da água.

GRUPO ESCOLAR SOLON DE LUCENA

O Grupo Escolar “*Solon de Lucena*” foi fundado em 1924. Esta edificação, de arquitetura neoclássica abriga atualmente a Reitoria da Universidade Estadual da Paraíba.

No local havia um antigo mercado que foi desapropriado pelo Estado para a construção da Escola. “*Para o pátio em frente ao mesmo foi mudada a feira que ainda se realizava na alpendrada*” (FILHO: 2005, p. 40).

O evento de inauguração foi presidido pelo Dr. Álvaro de Carvalho, Secretário Geral do Estado, que representou o Governo da Paraíba.

A sua denominação porém, deu-se em 1926 após o passamento do político paraibano Solon Barbosa de Lucena, atendendo aos reclames da municipalidade local.

Transcrevemos na íntegra o decreto que denominou aquela escola:

DECRETO 1.429, DE 26 DE ABRIL DE 1926.

Denomina Solon de Lucena o grupo escolar de Campina Grande.

O Dr. João Suassuna, Presidente o Estado da Parahyba, usando da atribuição que lhe outorga o § 1º do art. 36 da Constituição Estadual.

Considerando que o grupo escolar de Campina Grande foi construído no governo do saudoso chefe Solon de Lucena e que à sua memória vem de ser prestada as mais expressivas homenagens pelo povo daquele município.

DECRETA:

Art. 1º - É denominado “Solon de Lucena” o grupo escolar da cidade de Campina Grande, criado pelo decreto 1.317, de 30 de setembro de 1924.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário do Estado faça publicar o presente decreto, expedindo as ordens e comunicações necessárias.

Palácio do Governo da Parahyba, em 26 de abril de 1926, 38º da Proclamação da República. (Ass.) João Suassuna”,

Fica nosso registro histórico não só para Campina como para toda a Paraíba destes acontecimentos.

OS ARIÚS DE CAMPINA GRANDE

Há controvérsias a cerca da fundação de Campina Grande. Contudo, a maioria indica que esta se deva a um aldeamento dos Índios Ariús, trazidos por Teodósio de Oliveira Ledo (1697). Esta povoação integrava o litoral ao sertão, pela sua estrada que era a principal ligação com o oeste paraibano, freqüentada por viajantes, tropeiros e caixeiros, que foram os desbravadores destas terras.

As descobertas do Capitão-mór Teodósio foram relatadas em 1699, ao Rei de Portugal pelo Governador da Província da Parahyba, Manoel Soares de Albergaria. Nestes termos:

“Senhor: No princípio do ano de 97 veio a esta cidade o Capitão-mor do Piranhas e Piancó, Theodósio de Oliveira Ledo, e me informou o estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoados das invasões e destrago que os anos passados fizeram neles o gentio bárbaro Tapuia e que era muito conveniente, que estes se tornassem a povoar com gados e currais, assim pela utilidade que resultava a real fazenda de V. Majestade pelo crescimento dos dízimos, como pela conveniência de toda esta Capitania, pela muita quantidade de gados, que naqueles sertões se apresentam, e a abundância de pastos que neles há, para o que lhes era necessário que eu o ajudasse dando-lhe alguma gente e munições para nas ditas piranhas fazer arraial dar calor para se irem povoando; trouxe consigo Senhor uma nação de Tapuias chamados Ariús, que estão aldeados juntos aos Cariris, aonde chama Campina Grande, e querem viver como vassalos de V. Majestade e reduzir-se a nossa fé Católica, dos quais é principal um Tapuia de muito boa raça e muito fiel, segundo o que até o presente tem mostrado chamado Cavalcanti, os quais foram com o dito Capitão-mor e quarenta cariryrs e dezesseis índios, que tirei das aldeias e dez soldados desta praça. Mande-lhe concentrar as armas e dar-lhe quatro arrobas de pólvora e balas, a esse respeito, e quarenta alqueires de farinha e algumas carnes para viagem. Partiram nos

primeiros de janeiro de 98: foi o dito Capitão-mór um religioso de Santo Antônio, a quem encomendei, muito particularmente, a conversão daquele gentio e o muito que se devia, em ganhar aquelas almas. Pela carta que o Capitão-mór me escreveu, que com esta vai, verá V. Majestade o bom sucesso, que Deus Nosso Senhor foi servido dar-lhe. Estou esperando pelo Capitão-mor para fazer outra entrada e me constar se vão ajuntando muitos gados para ir povoar o Piranhas, aonde se deve fazer o arraial para segurança daqueles povoadores e confusão do gentio. As quatro presas mandei entregar ao Provedor da Fazenda, que mandou rematar por quarenta mil réis. A Católica e Real pessoa de V. Majestade, guarde Deus muitos anos. Parahyba, 14 de maio de 1699. Manoel Soares de Albergaria”.

Segundo consta, os índios Ariús fixaram-se no lugar onde hoje é a rua Vila Nova da Rainha, nas proximidades do Riacho das Piabas (antiga rua do Oriente).

Thoedósio retornou àquela campina um anos depois, onde construiu uma casa de taipa e uma igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição.

Não se tem ao certo o destino dos índios aldeados, mas acredita-se que houve uma miscigenação com os portugueses donde provém o nosso aspecto cultural e histórico.

LOJA DA ESTRELA CAMPINA GRANDE

Segundo consta da Gazeta do Sertão, a Loja da Estrela era de propriedade de João da Silva Pimentel e estava sediada na Praça da Independência, em Campina Grande.

Dizia ainda o anúncio: "Neste bem montado e acreditado estabelecimento, encontra-se um grande sortimento de fazendas de todas as procedências que se vendem a preços módicos e a preferidos gosto dos fregueses".

É um importante registro da cidade que sempre demonstrou forte vocação comercial, a exemplo de outros que temos publicado no site RHCG.

1866: COMARCA DE CAMPINA GRANDE

Transcrevemos *ipsi literis* o texto de criação da Comarca de Campina Grande, publicado em 1866 pelo Governo Imperial:

DECRETO N. 3663 — 1.º DE JUNHO DE 1866.

Declara de primeira entrancia a Comarca de Campina Grande, creada na Provincia da Parahyba.

Hei por bem Decretar o seguinte:

Artigo unico. Fica declarada de primeira entrancia a Comarca de Campina Grande, creada na Provincia da Parahyba pela Lei Provincial numero cento oitenta e tres de oito de Agosto de mil oitocentos sessenta e cinco.

O Senador José Thomaz Nabuco do Araujo, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em o primeiro de Junho de mil oitocentos sessenta e seis, quadragésimo quinto da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Thomaz Nabuco de Araujo

NECROLOGIA DE MACIEL PINHEIRO

O seguinte texto foi transcrito do jornal Gazeta do Sertão, editado em Campina Grande por Irineu Jóffily:

Necrologia

Luiz Ferreira Maciel Pinheiro não mais existe.

Grande pelo talento, grande pelo coração, só um poder invencível pode derrubá-lo, a morte.

Quem foi Maciel Pinheiro, di-lo a imprensa, di-lo o exército, a poesia, a justiça, a política; de meus filhos todos, exclama em um grito de dor a liberdade, o mais dileto foi ele!

Atravessou na vida momentos de crise terrível; suportou com resignação golpes tremendos; em lutas ingentes, sempre se o via de pé, não soube jamais o que era recuar.

De caráter altivo e inquebrantável, a pessoa alguma jamais baixou a cabeça, a interesse nenhum curvava-se senão ao da verdade e da justiça.

A adversidade foi a sua escola.

Chora a Parahyba um seu filho estremecido, chora o país um cidadão de grandes méritos; deploram seus amigos a perda de um ente querido, bom e generoso.

Maciel Pinheiro nasceu nessa Província a 11 de Dezembro de 1839; formara-se em Dezembro de 1867; morreu a 9 de Novembro de 1889.

Tinha 50 anos.

CAMPINA NA GAZETA DO SERTÃO

Irineu Joffily enquanto jornalista deu importante contribuição à cidade de Campina Grande, não só pelo material histórico e geográfico publicado no seu jornal, quanto relativo aos textos que dizem respeito ao desenvolvimento desta comuna.

Assim é que, em março de 1889, a Gazeta do Sertão inicia uma série de matérias sobre o município Rainha da Borborema. Dizia ele que “*pela sua posição topográfica, Campina está destinada a ser o império do sertão*”, por ser ponto obrigatório de passagem de todo o comércio sertanejo. Este teria sido o fator principal de preferência a criação da antiga vila em 1779, sobre à de N. S. dos Milagres (S. João).

Contudo, assevera que naquele meio século a sua feliz posição não concorreu para o progresso. Campina carecia de boas habitações, “*causando admiração, como podiam eles hospedar ali os ouvidores, e, ainda, mais os bispos que visitaram esta freguesia*”.

Perdia assim a cidade, em termos de aformoseamento, para a de Brejo de Areia. “*De feito, nesse ponto Campina é inferior à Areia e talvez a outras cidades menos importantes do interior da província*”, conclui.

De 1877 em diante, conhecera o município uma nova força de alavancamento. O aumento populacional foi proporcional ao das construções, tomando rápido incremento. “*Se encararmos ainda nesta cidade, quanto a sua população, não há dúvida que a sua importância é sem competência com outras localidades do interior da província*”, escrevera.

Na época Campina resumia-se a um círculo de um quilômetro, cujo centro era a Matriz alcançando, na linguagem peculiar de seu tempo, “*cerca de oitocentos fogos e mais de quatro mil habitantes*”. Para Joffily, estes eram os dois pontos que lhe davam primazia: o comércio de trânsito ativo e a população superior.

Descrevendo a cidade, nos diz que era má a impressão de quem visitava Campina no Século XVII. As ruas não possuíam alinhamento preciso e estavam cheias de escavações provocadas pelas águas pluviais, a exceção da Praça da Independência, que em razão do comércio e a sua arborização, formava um contraste com as demais artérias e praças.

A seguir fazia duras críticas aos administradores passados e represenantes do povo, relevadas pela falta de habilitações:

“O meio em que hoje vivemos muito diferente daquele em que viveram nossos antepassados; e se estes poucos ou nada fizeram em favor dessa localidade, menos culpados são do que os atuais

vereadores, dispondo de melhores habilitações pessoais e de maior receita municipal.

Irineu Joffily fazia oposição ao administrador municipal. Eleito deputado, pode colocar em prática alguns dos seus projetos. Isto lhe valeu perseguições e dizem que fora preciso refugiar-se na capital da República – *Rio de Janeiro* -, de onde continuou escrevendo e publicando suas ideologias progressistas.

Assegurava que era preciso abrir mão dos interesses individuais de alguns em prol do interesse geral do povo campinense.

ANÚNCIOS NA GAZETA DO SERTÃO

Transcrevemos um anúncio de 1888, publicado na Gazeta do Sertão em Campina Grande:

"ANNUNCIOS

TERRENO

Vende-se uma fronteira na rua da Bôa Vista, em chão próprio, tendo 28 palmos de frente, com portas e toda a madeira necessária. O quintal é um bom sitiozinho com fruteiras de 3 a 4 annos, já botando.

A tratar com o Capitão José Precipício

O abaixo assignado vende o seu sítio Passa-tempo com casas, terras, açudes, cercados e gados vacum e cavallar, criações de cabras e ovelhas, tudo no subúrbio d'esta cidade; quem pretender dirija-se ao mesmo, que reside n'esta mesma cidade à Praça do Doutor Souza Bandeira, casa n° 31.

Cidade de Campina Grande, 24 de Outubro de 1888.

Pedro Américo de Almeida".

ESTRELLA DO NORTE

LOJA DE FAZENDAS

Em grosso e a retalho

14 RUA DO CONDE D'EU 14

Tem sempre à venda

fazendas finas, chapéos, calçados, etc.

PROPRIETÁRIO

ILDELFONSO PESSÔA DE LUNA

CAMPINA GRANDE

PADARIA AMERICANA

O abaixo assignado, communica ao respeitavel publico, que acaba de montar nesta cidade, na Rua da Bôa-Vista, uma Padaria, casa vasta e com boas accomodações para as pessoas que fizerem do

sertão fazerem suas compras: - o anunciante promette mandar fazer todos os preparados de massa com a maior perfeição e asseio e acredita que poderá satisfazer bem a seus freguezes, não só porque manda trabalhar em farinha da melhor qualidade e mais ainda porque tem bôa agua de cisterna para o trabalho.

Na mesma casa se encontra a venda fumo da melhor qualidade, farinha, feijão, etc, etc.

Campina , 25 de Novembro de 1890

Belmiro Barbosa Ribeiro

CAMPINA EM 1899

O Almanak Administrativo para o ano de 1899 trazia saudação do paraibano Epitácio Pessoa e várias referências a cidade Rainha da Borborema.

Registrava aquela publicação comercial, que Campina Grande, situada a 30 léguas ao poente da Capital, era cidade com boa edificação. Possuía vasto templo, uma casa de caridade, paço municipal e uma cadeia. Por ali passavam as principais estradas que iam para o Sertão da Paraíba e Recife, sendo por isso muito animada as suas feiras de gado e gêneros alimentícios e o trânsito comercial.

Nas páginas 300/301, descrevia a municipalidade cujas principais anotações eram:

Comarca de Campina Grande: compreende a cidade de Campina Grande e a vila de Soledade, tendo duas freguesias em Campina e Soledade e seis juizados de paz (Campina Grande, Pocinhos, Boa Vista, Fagundes, Soledade e S. Francisco). O juiz de direito era o Dr. Bento José Alves Vianna e exercia a promotoria o Dr. José Honorato da Costa Agra. Os suplentes do juiz municipal eram, na sua ordem: João da Silva Pimentel, Avelino Rodrigues de Souza Campos e Bento José Moreira. O Escrivão de órfãos José Francisco Pereira de Arruda, e o de Casamentos Eleutério Edaelio Escobar.

Havia ainda três suplentes do substituto do juiz federal, a saber: Dr. Alfredo Deodato de Andrade Espínola, Manoel Gustavo de Farias Leite e Lindolpho de Albuquerque Montenegro.

O Delegado de polícia era José Martins da Cunha. E suplentes: Silvano Gonçalves da Silva Figueiredo e José Joaquim Bezerra de Oliveira, sendo subdelegados: José Felix Ferreira de Araújo, José S. Diniz, João da Mata Correia e Manoel Joaquim do Nascimento. O Carcereiro era o Sr. Apropriano José Gonçalves.

A frente da agência dos Correios encontrava-se o Sr. Evaristo Monteiro e o guarda-posto da estação telegráfica Fenellon Bonavides.

O município era administrado por João Lourenço Porto, sendo subprefeito Silvino Rodrigues de Souza Campos. E o Conselho Municipal estava assim constituído: Antonio Muniz de Albuquerque Silva (Presidente), Salviano de Araújo Sampaio (vice), Aquilino R. de Figueiredo Magalhães, João Lourenço Porto Filho, Francisco das Chagas Bastos, Affonso R. de Albuquerque e Florípedes da Silva Coutinho (conselheiros).

A sua igreja era uma das mais belas e bem ornadas do Estado, cuja freguesia de N. S. da Conceição era regida pelo Padre Luiz Francisco de Salles Pessoa.

Lecionavam nas aulas públicas os seguintes professores: Clementino Gomes Procópio (cadeira do sexo masculino) e Auta Candida de Farias Leite (cadeira do sexo feminino).

A Estação de arrecadação estadual tinha por chefe Agostinho Lourenço da Silva Porto. E Escrivão Agostinho Leopoldo de Albuquerque Barbosa.

CRONOLOGIA DE CAMPINA SEGUNDO IRINEU JOFFILY

Fizemos um apanhado histórico da cronologia de Campina Grande segundo as notas inscritas por Irineu Joffily em seu livro corográfico. As datas apresentadas a seguir nos dão uma idéia geral do desenvolvimento da querida Rainha da Borborema.

1699 – A região já era um aldeamento dos Índios Carirys, “*onde chamão a Campina Grande*”.

1769 – Criação da Freguesia de Campina Grande, desmembrada da Freguesia dos Carirys de Fora.

1774 – Pelo rol da desobriga deste ano, a freguesia registrava: 3 capelas filiais, 47 fazendas, 421 fogos e 1.490 pessoas de desobriga, ou seja, aqueles que cumpriram o preceito da confissão e comunhão ao tempo da Quaresma.

1790 – Elevada à condição de Vila com o nome de Villa Nova da Rainha, “*mas este nome oficial desapareceu, prevalecendo o antigo, Campina, por que foi sempre conhecida*”.

1815/1817 – Construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição.

1845 (?) – O município registra uma grande seca. O Açude Velho – “o único refrigério da criação e do commercio” quase secou, diminuindo assim o número de habitantes.

1852 – A população local se opõe a Lei Censitária, movimento conhecido como “Ronco da Abelha”.

1875 – Ocorre a revolução denominada de Quebra-quilos “*na serra Bodopitá, 4 leguas ao Sul da cidade*”.

1883 – A cidade registra cerca de 4.000 habitantes, “*talvez a mais populosa e prospera do interior do Estado*”.

1891 – 6 de maio, destruição da tipografia onde se imprimia a *Gazeta do Sertão*.

1892 – De 1860 a este ano a “população quadruplicou apesar da escassez de água potável, de que sempre se ressentio.”

As anotações de Irineu Joffily vão até 1892, data de publicação de sua obra. O livro, porém, registra outros fatos e curiosidades sobre a cidade que serão oportunamente apresentadas.

A VILA NOVA DA RAINHA EM 1817

Consta da “Corografia Brazilica”, composta e dedicada à sua Majestade com licença e privilégio real, a relação histórico-geográfica do Reino do Brasil.

A Província da Parahyba, nos tempos do Império, pertencia a Capitania de Itamaracá e possuía as seguintes vilas-cidades: na parte Oriental, Parahyba ou Filipéia (nossa capital); Pilar, Alhandra, Vila-real, Vila do Conde, S. Miguel, Montenor e Vila da Rainha, também chamada de “Nova”. Pelo Ocidente havia Pombal e a Vilanova de Souza.

O livro fora escrito “por hum presbítero secular do gram priorado do Crato” e registra, em seu Tomo II às fls. 205, a Vila de Campina Grande (p. 205), cuja descrição fizemos questão de transcrever usando os termos e vocábulos de sua época, por razões históricas:

“Villa da Rainha, vulgo Campina-Grande, por estar solitária numa dilatada planície, obra de trinta e cinco léguas ao Poente da Capital, não passa ainda de pequena; porém mui freqüentada, em razão de lhe passar por dentro a estrada real do sertão. Paupinna era o nome, que a designava antes de ser Villa. Seus habitantes bebem d’uma lagoa contigua, a qual faltando d’agua nos annos de grande sêca, obrigaos a hir buscalla d’alli duas léguas. A sua Matriz he dedicada a Nossa Senhora da Conceição” (p. 205).

Segundo consta, o compêndio teria sido escrito em 1817 (M. DCCC. XVII) sendo atribuída a Manuel Ayres de Casal (Padre Ayres de Casal).

Esta é, talvez, a mais antiga referência que se faz da cidade de Campina Grande, considerando-se que as anotações de Irineu Jóffily, que deram origem ao seu festejado livro “Notas sobre a Parahyba”, teriam sido iniciadas em 1824 e somente ganharam forma em 1892.

CARDOSO VIEIRA

Manuel Pedro Cardoso Vieira era filho do Senhor de Engenho Pedro Cardoso Vieira e dona Maria Severina Vieira. Nasceu em 1848 no sítio Jococa. E faleceu em 1880 na Capital do Império, vítima de uma “*febre perniciosa*”.

No sítio aprendeu as primeiras letras e ainda jovem prestou exame vestibular para Direito em 1861.

Atente-se para o fato de que Cardoso Vieira ainda não tinha a idade exigida para ingresso na faculdade, na época 16 anos, requerendo da Comissão de Instrução Pública do Estado o direito de ser admitido, oportunamente, naquele curso.

A solicitação, porém foi enviada à Assembléia Geral Legislativa que, mediante resolução, autorizou a sua admissão aos exames da Faculdade do Recife faltando ainda 12 dias para completar a idade legal.

Ao retornar à Paraíba, dedicou-se à advocacia, jornalismo e magistério. Aprovado em concurso, lecionou Geometria, Retórica e Português no antigo Lyceu Paraibano.

Membro da elite paraibana freqüentava os ciclos intelectuais do seu tempo.

Compôs a comissão regional que socorreu os flagelados da grande seca de 1877, ganhando notoriedade e sendo convidado para participar da política nacional.

Elegeu-se Deputado Geral pelo Partido Liberal em 1878 e lutou, ao lado de Joaquim Nabuco, pelo abolicionismo. Em um de seus discursos, afirmou:

“Nas sociedades em que a instituição da escravidão perdura por certo tempo, ela planta no coração daqueles que se servem dela um instinto, a que eu já me referi e que chamei de escravagista; a necessidade de ter escravos, o vício de não poderem servir-se senão com eles, essa repugnância invencível pela liberdade, que é um dos males que acometem aqueles que se utilizam por muito tempo da escravidão” (ROCHA: 2009, p. 86 Apud MARTINS: 1979, p. 281)

Homem erudito dominava duas línguas, francês e inglês, e costumava ler com freqüência as principais obras da literatura.

Colaborou com os seguintes órgãos da imprensa: Correio Noticioso; A Opinião e A União Liberal. Além disso, dirigiu “O Despertador” e fundou o “Boussuet da Jacoca” (1875).

Ferrenho crítico propiciou um revide à altura de “O Publicador”, órgão dirigido pelo Comendador Corrêa Neves (Padre Lindolfo Corrêa).

Fazem parte de seu acervo artigos e poemas publicados em jornais, discursos e interpelações que fazem parte dos Anais do Parlamento.

É o patrono da Cadeira Nº 10 da Academia Paraibana de Letras.

Esse vulto, com grande justeza, nomeia uma rua na capital paraibana e outra na cidade de Campina Grande.

INAUGURAÇÃO DO BB CAMPINA

O ato inaugural foi presidido pelo Dr. Orris Barbosa. Discursaram durante a solenidade o interventor Dr. Ruy Carneiro e os Srs. Ivo Júnior, Serafim Barbosa Ribeiro, Lopes de Andrade, além do prefeito Vergniaud Wanderley. Enquanto que as bênçãos eclesiais foram concedidas pelo Padre Severino Mariano, vigário de Campina Grande.

Em seguida, o Sr. Hélio Cunha, gerente da agência local, franqueou a entrada ao novo prédio num gesto da mais alta cordialidade.

Às 14 horas foi oferecido às autoridades e representantes da sociedade civil um chá dançante no Grande Hotel.

CAMPINA GRANDE EM 1774

Nos anexos do livro NOTAS SOBRE A PARAHYBA, escrito por *Irineo Joffily* em 1892, encontramos uma a Carta N° 3 da Capitania de Pernambuco e de seus anexos, dando conta de sua população, agricultura, engenhos e contratos, da lavra do Governador e Capitão-General, José Cesar de Meneses, da qual se encontra inclusa a “*Freguesia de Campina Grande da Senhora da Conceição*”.

Segundo consta, Campina Grande havia sido desmembrada dos Cariris de Fora no ano de 1769. Esta ficava a Oeste da Parahyba (atual João Pessoa), distando 36 léguas da Costa. A principal atividade era o comércio de gado *vaccum* e *cavallar*. Possuía aquela vila cura amovível (padre que dava assistência nas aldeias) e pelo rol da desobriga de 1774, havia 3 capelas filiais, 40 fazendas, 421 fogos e 1.490 pessoas de desobriga, ou seja, aqueles que cumpriram o preceito da confissão e comunhão ao tempo da Quaresma.

FESTA DO MILHO EM CAMPINA

Transcrição de uma nota de Jornal publicada em 1944:

Em Campina Grande

Festa do Milho no Grupo Escolar "Santo Antonio"

No dia 11, teve lugar no Grupo Escolar "Santo Antonio", mantido pela paróquia de Campina Grande e subvencionada pelo Estado, uma interessante e instrutiva festa do milho, idealizada pelo Padre Severino Mariano, vigário local.

Àquele estabelecimento de ensino compareceram além dos seus quatrocentos alunos, numerosas pessoas de todas as classes campinenses que admiram os gráficos ilustrativos e as demonstrações de arte culinária em exposição, tudo de preparo das professoras e alunos do Grupo "Santo Antonio".

Às 16 horas, especialmente convidados, estiveram em visita aquele educandário, o Dr. Orris Barbosa, Oficial de Gabinete do Interventor Ruy Carneiro, e o Prefeito Vergniaud Wanderley, que se fizeram acompanhar de suas senhoras, sendo ali recebidos pelo padre Severino Mariano e corpo docente.

Eis o nosso registro histórico!

A PRAÇA CLEMENTINO PROCÓPIO

Transcrição do texto publicado em jornal acerca da inauguração da Praça Clementino Procópio, em Campina Grande:

“Campina Grande
(Da Sucursal)

Inauguração da Praça “Clementino Procópio” – Em homenagem ao aniversário da administração do Governador Argemiro de Figueiredo foi inaugurada a Praça “Clementino Procópio”, construída na gestão do ex-prefeito Bento de Figueiredo.

Estando ausente o prefeito Verniaud Wanderley, o secretário da Prefeitura Almeida Barreto, devidamente autorizado, após fazer calorosa alocução sobre o acontecimento do dia, e as referências mais lisongeiras à administração municipal do Sr. Bento de Figueiredo, convidou este para proclamar inaugurada a mencionada praça.

Quanto ao 1º ano administrativo do Governador Argemiro de Figueiredo, longamente discorreu o secretário Almeida Barreto, pondo em relevo a figura do ilustre campinense que na cura governamental tem dado realce ao já tão erguido nome da Parahyba.

A banda de música da Prefeitura Municipal tocou durante o acto, ficando a praça aberta à população que, até alta noite, freqüentou aquele logradouro público.

Esteve presente ao acto, em nome da família, Severino Procópio, que agradeceu a lembrança de se dar o nome do seu progenitor à nova praça”.

Não poderíamos deixar de passar em banco a transcrição desta importante logradouro público.

Fonte Bibliográfica de consulta

- BRASIL, Coleção das Leis do Império do. Typografia Nacional. Rio de Janeiro/RJ: 1862.
- A UNIÃO, Jornal. Governo do Estado da Paraíba. Edição de 01 de maio, texto do *Coronel Batista*. João Pessoa/PB: 2009.
- A UNIÃO, Jornal. Governo do Estado da Paraíba. Edição de 27 de novembro. João Pessoa/PB: 1943.
- A UNIÃO, Jornal. Governo do Estado da Paraíba. Edição de 04 de fevereiro. João Pessoa/PB: 1936.
- A UNIÃO, Jornal. Governo do Estado da Paraíba. Edição de 13 de junho. João Pessoa/PB: 1944.
- A UNIÃO, Jornal. Governo do Estado da Paraíba. Edição de 27 de abril. João Pessoa/PB: 1926.
- ABREU, João Capistrano de. Ensaio e estudos: critica e história. Vol. I. Livraria Briguiet: 1931.
- Academia Paraibana de Letras, disponível em http://www.aplpb.com.br/?page_id=19&id_acad=66
- ALMEIDA, Antônio Pereira de. *Os Oliveira Lêdo... De Teodósio de Oliveira Lêdo – fundador de Campina Grande – a Agassiz Almeida – Constituinte de 1988*. Brasília: CEGRAF, 1989.
- ALMEIDA, Elpidio de. História de Campina Grande. Edições da Livraria Pedrosa. Campina Grande/PB: 1962.
- ALMEIDA, Elpidio. *História de Campina Grande*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALMEIDA, Horácio de. *D. Vital e a questão religiosa no Brasil*. R.IHGB. Vol. 323. Abril/Junho de 1979. Departamento de Imprensa Nacional. Brasília: 1980.
- ALMEIDA, Horácio de. *História da Paraíba*. Vol. I da Coleção Documentos Paraibanos. 2ª. Edição. Editora Universitária/UFPB: 1978.
- Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, Volume 40. Tip. G. Leuzinger & Filhos, 1918: p. 17
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Paraíba, imprensa e vida: jornalismo impresso 1826 a 1986. 2ª. Edição. Editora e Jornal da Paraíba: 1986.
- ASSUNÇÃO, Luiz. *O reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina*. Pallas. Rio de Janeiro: 2006.
- BAHIENSE, Norbertino. *Domingos Martins e a revolução pernambucana de 1817*. Prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. Editora Maciel: 1974.

- BRASIL, Biblioteca Nacional. *Documentos históricos*. Volumes 100/101. A. Porto & C. Ministério da Cultura: 1953.
- BRASIL, Coleção das Leis do Império do. Tomo XIV, Parte I. Typografia Nacional. Rio de Janeiro/RJ: 1853.
- BRASIL, Collecção das Leis do Império do. Tomo XXVI, Parte I. Typographia Nacional. Rio de Janeiro: 1866.
- CÂMARA, Epaminondas. *Os Alicerces de Campina Grande: Esboço Histórico-Social do Povoado e da Vila (1697 a 1864)*. Campina Grande: Edições Caravela, 1999.
- Thesaurus: 1977.
- CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: RG Editora e Gráfica, 1998.
- CARVALHO, Tancredo de. *Memórias de um brejeiro*. Ed. S. N.: 1975
- CASAL, Manuel Ayres de. *Corografia Brazilica, ou Relação Histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro/RJ. Imprensa Régia: 1817.
- CASTRO, Oscar de Oliveira. *Vultos da Paraíba – patronos da academia*. Dept. de Imprensa Nacional: 1955.
- CEARÁ, Revista do Instituto. *Publicação Trimestral*. Volume XVI. Ceará: 1902.
- CLEROT, Leon Francisco R. 30 [i. e. Trinta] anos na Paraíba: memórias corográficas e outras memórias. Editora Pongetti: 1969.
- CUNHA, Silvino Carneiro da. *Relatorio apresentado à Assembléia Legislativa da Província da Parahyba do Norte em 7 de agosto*. Typ. Jornal da Parahyba. Parahyba do Norte: 1874.
- DEPUTADOS, Anais da Câmara dos. Vol. 1, Parte 3-5. Ed. Congresso Nacional: 1861, p. 97;
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. 2ª. Edição, Revista e Ampliada. IBRASA. São Paulo: 1996.
- EHRENREICH, Paul. 1905. Sobre alguns retratos de indios sul-americanos. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano*, vol. XII, N. 65, p. 18-46.
- ESPERANÇA, Livro do Município de. Ed. Unigraf. Esperança/PB: 1985.
- Férias Tur: Campina. Disponível em <http://www.ferias.tur.br>, acesso 05/02/2012.
- FILHO, Lino Gomes da Silva. *Síntese Histórica de Campina Grande, 1670-1963*. Ed. Grafset: 2005;
- Gonzaga de Sousa, L.: (2006) *Economia, Política e Sociedade*, Edição eletrônica. Texto completo em www.eumed.net/libros/2006a/lgs-eps/
- GOOGLE, Imagens: Joffily. Disponível em <http://images.google.com.br/>, acesso em 25/01/2012.
- IHGP, *A Paraíba nos 500 Anos do Brasil*. Anais do Ciclo de Debates. João Pessoa/PB: 2000.
- IHGP, *Revista do*. Vol. XIX. Imprensa Universitária da Paraíba. João Pessa/PB: 1971.

- IHGPE, Revista. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Edição XXXVI. Pernambuco: 1890.
- IHGPE, Revista. *Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Vol. 44º. Pernambuco: 1961.
- IPANEMA, Marcello & Cibelle. *A Comunicação em Campina Grande*. R.IHGB, Vol. 326. Janeiro/Março. Rio de Janeiro: 1980.
- JOFFILY, Geraldo Irineo. *Um cronista do sertão no século passado: Apontamentos à margem das Notas sobre a Paraíba, de Ireneo Joffily*. Comissão Cultural do Município, Prefeitura Municipal de Campina Grande: 1965.
- JOFFILY, Geraldo Irineo. *O Quebra (-)Quilo*. Volume 1 de Série Cadernos de história do Brasil. Ed. Thesaurus: 1977.
- JOFFILY, Ireneu. *Notas sobre a Parahyba: fac-símile da primeira edição publicada no Rio de Janeiro, em 1892, com prefácio de Capistrano de Abreu*. Thesaurus Editora: 1977.
- JOFFILY, Irineu. *Notas sobre a Parahyba*. Ed. Typographia do "Jornal do Commercio": 1892.
- JOFFILY, José. *Entre a monarquia e a república*. Livraria Kosmos Editora: 1982.
- LAURITZEN, Christiano. *Relatório apresentado ao Presidente da Província em 07 de outubro*. Paço Municipal. Campina Grande/PB: 1890.
- MAIOR, Armando Souto. *Quebra-quilos: lutas sociais no outono do Império*. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. V. 10 da Série Estudos e Pesquisas. V. 366 Brasileira. Cia Editora Nacional: 1978.
- MEDEIROS, Coriolando de. *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*. 2ª. Edição. Imprensa Nacional: 1950.
- MEDEIROS, Tarcízio Dinoá. *Freguesia do Cariri de Fora*. S. Paulo: Gráfica Editora Camargo Soares, 1990.
- MIRANDA, Adauto. *D. Adauto: Subsídios biográficos*. Vol. 2. Imprensa Oficial: 1958;
- MOTA, Leonardo. *Violeiros do Norte*. 5 ed. Livraria Editora Cátedra: 1982.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo/SP: 2004.
- NOVO TEMPO, Jornal. Ano IV, nº 23, Nov/Dez 95, Edição Especial Comemorativa, p. 3. Artigo: "Esperança e seus primórdios", escrito pelo Dr. João de Deus Melo.
- O COMMERCIO, Jornal. N. 3052. Edição de 09 de outubro. Parahyba do Norte: 1907.
- PARAHYBA, Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado da. Anno II. José Francisco Moura (Org.). Parahyba do Norte: 1899.
- PARAHYBA, Anuário Eclesiástico da. Vol. I. Parahyba do Norte: 1918.
- PARAHYBA, Estado da. Órgão republicano. Edição de 09 de julho. Parahyba do Norte: 1890.
- PARAÍBA, Almanaque da. Editora Almanaque da Paraíba Ltda. João Pessoa/PB: 1973.
- PARAÍBA, Diário Oficial do Estado da. Edição de 03 de junho. João Pessoa/PB: 1944.

- PBLetras, Revista N° 03. Ano III. Ed. Antonio Soares. Campina Grande/PB: 2003.
- PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. *Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba*. Editora Autores Associados. Campinas/SP: 2002.
- PINTO, José Nêumanne. *Erundina: a mulher que veio com a chuva*. Espaço e Tempo: 1989.
- R.IHGB. Glossário de Rodolpho Garcia. Tomo 94. Vol. 148. Ano 1923. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro/RJ: 1927.
- R.IHGB. Revista trimestral. Tomo XXIX. Parte Primeira. Rio de Janeiro: 1866.
- R.IHGB. Revista trimestral. Vols. 261/262. Rio de Janeiro: 1964.
- R.IHGB. *Revista Trimestral*. Tomo XXIX. Primeira parte. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: 1866.
- RIBEIRO, Domingos de Azevedo. *Música: orquestras e bandas da Paraíba*. Coleção História da Paraíba em Fascículos. A União Editora: 1997.
- RIBEIRO, Hortênsio de Souza. *A imprensa em Campina Grande*. R.IHG, Vol. 11. João Pessoa/PB: 1948.
- RIEDEL, Oswaldo de Oliveira. *Perspectiva antropológica do escravo no Ceará*. Edições Universidade Federal do Ceará: 1988.
- ROCHA, Solange Pereira da. *Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual*. Ed. UNESP: 2009, p. 81/86;
- RODRIGUES, José Honório. SILVA, Pontes da. ARAÚJO, Maria de Fátima. *Parahyba 400 anos*. Governo do Estado da Paraíba. João Pessoa/PB: 1985.
- RODRIGUES, Walfredo. *Roteiro sentimental de uma cidade*. Editora Brasiliense: 1962.
- SERTÃO, Gazeta do. Campina Grande, edição de 01 de setembro. Parahyba do Norte: 1888.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 19 de dezembro. Campina Grande/PB: 1880.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 28 de novembro. Campina Grande/PB: 1888.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 01 de maio. Campina Grande/PB: 1891.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 03 de abril. Campina Grande/PB: 1891.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 06 de junho. Campina Grande/PB: 1890.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 06 de março. Campina Grande/PB: 1891.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 08 de agosto. Campina Grande/PB: 1890.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 08 de março. Campina Grande/PB: 1889.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 11 de julho. Campina Grande/PB: 1890
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 13 de fevereiro. Campina Grande/PB: 1891.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 13 de fevereiro. Campina Grande/PB: 1890.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 18 de julho. Campina Grande/PB: 1890.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 20 de fevereiro. Campina Grande/PB: 1891.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 21 de março. Campina Grande/PB: 1890.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 25 de julho. Campina Grande/PB: 1890.

- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 27 de março. Campina Grande/PB: 1891.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 28 de novembro. Campina Grande/PB: 1890.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 01 de março. Campina Grande/PB: 1889
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 15 de Novembro. Campina Grande/PB: 1889.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 14 de setembro. Campina Grande/PB: 1888.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 11 de outubro. Campina Grande/PB: 1889.
- SERTÃO, Gazeta do. Edição de 26 de outubro. Campina Grande/PB: 1888.
- SEVERIANO, Francisco. *A Diocese da Parahyba*. Typ. da "Imprensa": 1906.
- SOBRINHO, Pompeu. Os Tapuias do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XLII. Ceará: 1934.
- SOBRINHO, Reinaldo de Oliveira. Esboço de monografia do Município de Areia. Coleção Arquivos Paraibanos. Imp. Official. João Pessoa/PB: 1958.
- SUASSUNA, Ariano. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta: romance armorial-popular brasileiro*. 2 ed. Livraria J. Olympio: 1972.
- TAVARES, João de Lyra, Apontamentos para a historia territorial da Parahyba. Vol. I. Imp. Official: 1910.
- UFBA. *Afro-Ásia*. Vols. XXXI e XXXII. Editores João José Reis, Renato da Silveira e Valdemir Zamparoni. Centro de Estudos Afro-Orientais. Universidade Federal da Bahia: 2004.
- VISÃO, Revista. Volume 48. Rio de Janeiro: 1976.
- Wikipédia: Açude Velho. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 23/11/2011.
- Wikipédia: Campina Grande. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 26/01/2012.
- WIKIPÉDIA: Escravos, escravidão no Brasil. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>, acesso em 06/01/2012.
- Wikipédia: José Ildefonso de Souza Ramos, em: <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 18/01/2012.
- WIKIPÉDIA: Megatério, disponível em <http://pt.wikipedia.org>, acesso 06/01/2012.
- Wikipédia: Pelourinho. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>, acesso 05/02/2012.
- Wikipédia: Portal Campina. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>, acesso 05/02/2012.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Campina_Grande, acesso em 17/01/2012.

RELATOS DE CAMPINA

©Copyright Rau Ferreira

Edições Banabuyé
Esperança – Paraíba – Brasil
Edição de 2012

